PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE
ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

D

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

Publicação Semestral - Julho de 1995 - Edição Nº 12

Fundação Cultural De Joinville

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE
Prefeito - Wittich Freitag

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE
Presidente - Zelândia Ramos dos Anjos

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE
Diretora - Ilanil Coelho

BOLETIM DO AHJ
Assessoria Técnica:
Afonso Imhof
Ilanil Coelho

AUTORES QUE CONTRIBUÍRAM NESTA EDIÇÃO:
- Iara Andrade Costa
- Sandra P. L. de Camargo Guedes
- Elly Herkenhof
- Antônio Roberto Nascimento

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE
Rua Hermann August Lepper, 65 Caixa Postal D-100
CEP 89221-000 - Joinville - SC
Fone: (0474) 22-2154

BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE
Joinville, Fundação Cultural / Arquivo Histórico,
nº. 12, Jan/Jul. 1995.

SEMESTRAL

I, Joinville - História - Periódicos
CDU 908 (816.42J) (05)
CDD 981.64005

É proibida a reprodução total ou parcial dos artigos arrolados, por quaisquer meios, sem a permissão dos autores e da Fundação Cultural de Joinville/Arquivo Histórico de Joinville.

• Diagramação, Arte Final e Fotolitos: *Editora Movimento & Arte*

• Impressão e Montagem: *Divangel Gráfica Ltda.*

ÍNDICE

Pág.

Apresentação

O cotidiano em face dos discursos..... 09

A Instituição Hospitalar de Joinville e sua participação na configuração da cidade como pólo regional..... 18

Nossa imprensa..... 32

Matrimônios Interétnicos de Joinville..... 41

Informativo..... 49

Programa de exposições do AHJ para o segundo semestre..... 51

Documentos incorporados ao acervo..... 52

Pesquisas no AHJ..... 57

Apresentação

O Arquivo Histórico de Joinville apresenta o Boletim nº 12, agradecendo a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuiram para a retomada da periodicidade normal desta publicação.

A primeira parte do Boletim reúne artigos inéditos produzidos por pesquisadores que, por longos dias, meses e (até) anos, debruçaram-se sobre documentos diversos, "garimpados" em nossos Arquivos. Desta maneira, publicá-los significa não somente valorizar as nossas referências históricas, mas, sobretudo coletivizá-las, apresentando ao mesmo tempo, "novas maneiras de contar histórias". Daí destaca-se a originalidade de alguns artigos, quer seja pelo objeto de estudo, quer seja pela forma de análise.

No Informativo, segunda parte do Boletim, divulgamos algumas informações sobre as atividades do Arquivo Histórico no primeiro semestre de 1995. No intuito de manter nossos leitores inteirados sobre a composição do Acervo, optamos por publicar a relação de livros e documentos a ele incorporados desde o início de 1993.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que, pelas novas características, o Boletim fica aberto aos pesquisadores que desejarem contribuir na consolidação de mais um espaço de reflexão e divulgação da história e historiografia catarinense.

Ilanil Coelho
Diretora do AHJ

O COTIDIANO EM FACE DOS DISCURSOS

IARA ANDRADE COSTA*

"O homem não acostumado a trabalhar duro deve derrubar árvores, colocar a família às pressas numa cabana de palmitos e vê-la passar por uma série de privações. Daí não resistirá, pendurará logo a espingarda e com as armaduras e reclamações sobre suas esperanças estraçalhadas, ele prepara sua mochila e se ainda dispõe de algum dinheiro, regressa à velha pátria ou fixa residência numa cidade qualquer daqui, gente desse tipo devia ter ficado em casa. Por outro lado, os que imigram com ânimo forte e disposição para o trabalho, sem grandes ilusões, estão aqui no lugar certo, esses acham aqui o sucesso."[1]

O espírito imigrante que interessa à colonização do séc. XIX é o do chamado "trabalhador", e por esta palavra entende-se como aquele que não somente cumpre seu horário na fábrica ou na terra onde trabalha, mas aquele que depois de cumprir sua jornada de trabalho, está disposto a chegar em casa e continuar na labuta, construindo melhorias em sua habitação, uma horta no seu quintal, criando seus animais, cuidando do seu jardim, junto a sua família, pois o espírito neste momento é o do coletivo, da auto-estima, do desejo de mostrar, apesar de todas as dificuldades, o fato de ter imigrado e "dado certo", nem que para isto necessite trabalhar de sol à sol e complementar o seu salário com atividades extras.

O seu cotidiano é duro, pesado e até mesmo triste, tristeza esta às vezes aliviada pelas festas, pela solidariedade do grupo que se conforta(e se acalanta) no destino que procurou traçar, num esforço sobre-humano para ostentar que "venceu" e poder se orgulhar.

Os primeiros imigrantes de Joinville trouxeram consigo, os costumes tradicionais da velha Alemanha.

Entre estes costumes contam-se os de caráter religioso, com suas normas especiais para as festas de Natal, Páscoa e Espírito Santo, que eram consideradas as mais tradicionais. Estas festas costumavam durar três dias, cada uma delas, onde os brasileiros congregavam-se com os alemães, pois o contentamento era

---

* Mestranda em História e Professora do Depto. de História da UNIVILLE. O artigo é parte da Dissertação de Mestrado da UFPr, orientada pelo Prof. Dr. Euclides Marchi, sob o título: "O Discurso Institucional e a Questão Social em Joinville: 1917/1942".

1 **HUBER**, Valburga. *Saudade e Esperança. O dualismo do imigrante alemão refletido em sua literatura.* FURB, Blumenau, 1993, p.89.

geral e o que se elogiava era a harmonia existente.

"Por toda parte havia o mesmo sentimento de fraternidade, a mesma ordem em tudo e em todos. Porque é digno de registro o fato de não haver um incidente desagradável em todas essas festas, nos bailes das associações e nos bailes públicos, nas ruas e nas casas públicas. Não aparecem valentes que ostentem um punhal ou um revólver. Todos em paz, todos felizes.

Sempre foi assim o nosso povo. Quando há desordens, é que os desordeiros não saiam do seu meio."[2]

Este mesmo tipo de afirmação se repete no discurso oficial. Em 1926, na edição especial do Jornal de Joinville, comentava-se:

"Não se registram desinteligência, questão por motivos religiosos, correndo na máxima cordialidade as relações entre os pastores e indivíduos de credos diferentes. A população é ordeira, respeitadora das autoridades, obedecendo as leis. Não se contam vadios e vagabundos. Cultiva-se religiosamente o trabalho. Impera a disciplina nas oficinas, no lar, na vida social.

A sexta parte dos moradores da cidade é empregada nas fábricas (...). Consagram os domingos as diversões: organizam-se passeios pelo cachoeira, pela São Paulo - Rio Grande, pelas numerosas estradas que cortam o município e à noite os salões e cinemas ficam repletos"[3]

À respeito das festas afirma-se que, as tradicionais do norte do Brasil, como São João, São Pedro, Santo Antônio e Carnaval aqui, passam desapercebidas ou bem desarrumadas. As festas de grande mobilização são as da Páscoa, Espírito Santo e Natal, onde a população realmente se entrega aos bailes, passeios e aos esportes.

No interior, vigora a mesma alegria nestas festas, assim como na operosidade do seu dia a dia.

"Todos os membros de uma família constituem fonte de renda. O chefe da casa, a esposa, os filhos adultos e até os menores trabalham para o progresso comum, convergem seus esforços para o bem estar e riqueza do lar.

Aram com desvê-lo o terreno, cuidam com carinho da cultura; empregam cuidados na criação.

A economia é um dos traços, de seu temperamento. Gastando o mínimo possivel o lavrador desenvolveu-se, prosperou, viu-se-lhes abrir o caminho do bem estar da abastança.

Colonos que começaram a vida lutando com dificuldades, sem recursos para pagar, de pronto, o lote em que se estabeleceram, conseguiram, pela economia ordem e trabalho, conquistar a prosperidade."[4]

---

2 *Sem Manchete. Jornal de Joinville.* Joinville, 22 de abril de 1924, nº. 44, Ano VI, p.1.

3 *7º Aniversário de Joinville. Jornal de Joinville.* Edição Especial. Joinville, 9 de março de 1926, nº. 56, Ano VIII, p.1.

4 Idem, ibidem, p. 1.

Enquanto se elogiava as festas, que eram raras, mas vividas intensamente, o trabalho e a disciplina, se criticava os hábitos do "footing" aos domingos, onde as moças desfilavam "durante a tarde inteira"ao redor das praças centrais, onde o toilete era a rigor e onde não costumava-se repetir os trajes .

Para um articulista da época, isto demonstrava a frivolidade das moças e só lhes trazia prejuízo e desdém pois, segundo ele:

"... afugentam de si qualquer inclinação séria, que por ventura tenham inspirado para um fim nobre, porque não há rapaz algum, sério e bem intencionado, que não receie unir o seu destino ao de uma jovem, que gosta de exibir-se a ponto de passar horas inteiras, perambulando pelas ruas, numa vadiação inconseqüente, quando podia empregar muito mais a propósito, tempo tão precioso, no preparo e no arranjo do seu lar, do conforto dos seus, aprofundando a sua instrução, ajudando nesses mil pequenos nada, em que uma moça ou uma senhora sempre pode se ocupar, seja qual for a fortuna que Deus a brindou. ..."[5]

O importante e o que se valorizava era o trabalho produtivo. O lazer das cidades brasileiras, como o "footing", o carnaval, onde se "brinca" quatro dias e depois disso a cabeça do trabalhador "anda a roda", era visto como sintoma da desordem. Valorizava-se os bailes públicos, por serem mais controlados, tanto na ordem como na harmonia e animação.

O corso foi sempre uma tentativa de tornar o carnaval da região mais popular, mas na imprensa sempre apareceu como uma nota de repúdio pelo seu "caráter" de bagunça, desorganização e os vários acidentes por conta da imprudência dos "foliões".

A elitização do carnaval de salões, aqui sempre foi uma constante, assim como a queixa de falta de lazeres públicos, principalmente nos fins de semanas chuvosos, quando a tristeza, a "falta do que fazer" imperava na cidade.

Em 1928, noticiava-se a ausência de carnaval nas ruas. *"Este ano pelo que parece não haverá carnaval de rua com cordões carnavalescos, blocos, ranchos para quebrar as "monotonias" das ruas, pois faltam só dois dias e nada se fala, a não ser nos carnavais de salões que pelo que tudo indica, já é alguma coisa".*[6]

Os domingos, refletiam a tristeza, onde a "falta do trabalho" rotineiro, levaria a vadiagem, reforçando a idéia de trabalho produtivo, somente o comercial ou industrial.

Mas o que parece mais triste é o retrocesso do lazer, conforme avança o processo de industrialização e o crescimento da cidade.

"Domingo morreu, na tristeza

---

5 **MATTA**, João da. *Bancando o Chic.* Jornal de Joinville. Joinville, 14 de janeiro de 1924, Ano VI, nº. 12, p.1.

6 *Está chegando a hora! Jornal de Joinville.* Joinville, 16 de fevereiro de 1928, Ano X, nº. 40, p.1.

de uma trovoada. (...) Sente-se que nos domingos, todo o encanto da nossa mocidade e toda a alegria do nosso povo expansivo se perde na vastidão das ruas desorientado. Falta-nos um parque, um centro de diversão onde Joinville toda pudesse concentrar-se e viver, numa tarde de domingo as alegrias e as emoções de uma reunião festiva.

Antes Joinville, oferecia as tardes centros de reuniões magníficos, nos seus parques, nos seus jardins, onde freqüentemente orquestras e bandas musicais, punham notas vivas e atraentes de uma arte bem cuidada.

Hoje (...) vir-se-ia que Joinville retrograda. E se não fora a evidência das nossas forças econômicas. manifestadas no comércio e nas indústrias florescentes, crê-lo-íamos francamente."[7]

Ao lado do discurso da cidade maravilhosa que delineava-se, surgia uma outra Joinville que diretamente proporcional ao seu encantamento e desenvolvimento, descobria-se que além da falta de lazer, desde os mais populares como o carnaval, tinha-se problemas muito sérios a serem controlados como a mendicância, higiene e saúde, policiamento, habitação, água, instrução, transportes, jogos, etc.

Na cidade da ordem, clamava-se por policiamento. Ora para quê polícia, se tudo era tão harmônico?

Em 1919, Joinville possuía somente três soldados de regimento para fazer as ocorrências, tendo ainda que atender Jaraguá, Hansa e Bananal. *"(...) Nestas condições é preciso que cada cidadão carregue um bacamarte a cinta e o ponha à noite sob a cabeceira do leito, sem o que estará sujeito a qualquer ataque a bolsa ou a vida, longe da menor possibilidade de uma garantia ou socorro possível. (...)"*[8]

No início da década de 20, Joinville era a segunda cidade do Estado em população e a primeira em riqueza, movimento comercial e industrial, no entanto, reclamava-se:

"Aqui chegavam todos os dias, pela estrada de ferro ou por vias marítimas indivíduos estranhos, gente de toda parte, sem profissão e sem estabilidade. (...) um município de 50.000 habitantes, onde há bancos e casas comerciais importantíssimas, existem um sarjento, 2 cabos e quatro soldados, sendo um doente.(...)

Joinville precisa de um destacamento de 15 praças pelo menos, disciplinados e bem fardados, não só no interesse de nossa segurança, como também nos interesses dos créditos do Estado e de sua força, de tão nobres tradições de valor e de disciplina.(...)"[9]

Apresentava-se como uma cidade que possuía "portas de vidro" pois as residências não estavam

7 *Locais. Jornal de Joinville.* Joinville, 21 de janeiro de 1919, Ano I, nº. 9, p.2.

8 *Notas e Notícias. Jornal de Joinville.* Joinville, 19 de junho de 1920, Ano III, nº. 48, p.1.

9 *Policiamento de Joinville. Jornal de Joinville.* Joinville, 21 de setembro de 1921. Ano III, nº. 71, p.2.

concentradas em uma determinada área e sim espalhadas numa área de 30 km intercaladas por enormes terrenos que permitiam a arte da gatunagem de maneira muito fácil, por isso o medo se espalhava na população que começava a se armar. *"(...) Quase todas as casas podem facilmente dar entrada a gatunos que por este lado, nada terão de recear, a não ser que recebam um tiro, quando estiverem no seu serviço de arrecadação. (...) O resultado é esse que aí está: dorme-se de revolver em baixo do travesseiro para o que der e vier. (...)"*[10]

Os roubos passam a ter um lugar comum no noticiário que cada dia iam ficando mais audaciosos.

"Joinville, a encantadora cidade, está enfestada por um grupo de audaciosos e malvados ladrões.

(...) danificam as árvores (...) escangalham muros dos quintais das residências (...) assaltam o grupo Escolar Conselheiro Mafra (...) roubam bolsas durante o dia às 10 horas em frente a farmácia Minâncora (...).

Assim onde iremos parar?"[11]

Roubos de bicicletas, paletós, carteiras, arrombamentos de residências, de hotéis, pensões e pensionistas que viam seus pertences desaparecerem. Até as igrejas não foram poupadas.

"Desta vez, não foi uma casa comercial, nem tão pouco um banco, mas, a igreja São Francisco Xavier.

Não foram ladrões consumados, desses que tem suas fichas na delegacia com varias passagens pelo xadrez não! Foram dois garotos desses "pivetes" que infestam todas as cidades, que formam quadrilhas perigosas e tornam-se instrumentos dos grandes ladrões."[12]

Estes "pivetes" ficaram como notícias constantes durante muito tempo, pois roubavam os pães das residências no centro da cidade onde os padeiros entregavam logo ao amanhecer, e a dúvida era se roubavam por necessidade, por estarem sem pão e sem teto, ou praticavam estes atos a mando de outrém. A sociedade exigia uma ação policial que passou a atuar prendendo alguns malfeitores.

"As autoridades policiais estão fazendo uma limpa na cidade. (...)

Os ladrões não se escondiam e nem tão pouco escolhiam o que iam roubar, qualquer coisa servia; por causa disso, quando faziam algumas "limpas", foram presos e deportados, devidamente escoltados, os indivíduos Alberto Palma, Chileno e Guilherme Alfredo, brasileiros.

Destes felizmente estamos livres."[13]

Nota-se a ênfase em se acentuar que os indivíduos flagrados eram

---

10 *Os Gatunos. Jornal de Joinville.* Joinville, 2 de Janeiro de 1924, Ano VI, nº. 2, p.1.

11 *Em Pleno Dia. Jornal de Joinville.* Joinville, 27 de Novembro de 1924, Ano VI, nº. 278, p.2.

12 *Continua a Ladroeira. Jornal de Joinville.* Joinville, 14 de Janeiro de 1925, Ano VII, nº. 38, p.1.

13 *Deportados para outras Plagas. Jornal de Joinville.* Joinville, 2 de março de 1925, Ano VI, nº. 50, p.1.

brasileiros, ou seja, estes, na lista dos desempregados eram em número muito maior que a dos alemães ou dos teuto-brasileiros, daí o número de marginais ser também muito grande.

Quando os criminosos eram alemães, também enfatizava-se a nacionalidade: *"Alfredo Heldivig de nacionalidade alemã, roubou a pensão Wolf e foi preso, fugiu para São Francisco, e também foi preso, fugiu e voltou a Joinville que preso novamente foi deportado para outras plagas mais distantes"*.[14]

Com a mudança do delegado e pelo fato de ter sido empossado o tenente coronel Manoel Pereira, que tinha como representante o Sr. Trogildo Mello, os elogios à polícia, passam a ser uma constante, principalmente por agir mais à noite e por fechar várias casas de meretrizes que existiam na cidade e vários outros atos moralizadores, que embora continuasse com um contingente muito pequeno era estimulado a moralizar a cidade que prometia seu eterno agradecimento. *"A ativa autoridade com todo o critério vem tratando de sanear a zona e procura os desocupados, que vivem do jogo, a se empregarem,ou mudarem de zona.Essas medidas, da enérgica autoridade policial, vêm de encontro o desejo da opinião pública"*.[15]

Essas medidas enérgicas, acabaram levando a cidade a viver um verdadeiro "far-west", com policiais agredindo civís e dando tiros a esmo, com agressões físicas por parte dos policiais a famílias de tropeiros, agressões à bailes, brigas em pensões, queixas de policiais que invadiram pensões para exigirem dinheiro, etc., com o seguinte comentário, posteriormente no jornal: *"(...) só bastava a ausência por alguns dias do enérgico Sr.Capitão Trogildo Mello, para que alguns soldados do destacamento virassem salteadores, (...). Esperamos que as nossas autoridades a quem estão entregues a ordem e o sossego da cidade ajam com a máxima severidade para punirem os culpados(...) que merecem corretivo.(...)"*[16]

Neste momento, a população mostrava-se indignada com a atividade dos policiais a quem a cidade entregava seu comércio e sua indústria, com atos que causavam revoltas e indignações.

Não eram somente os assaltos que enfatizava-se nas notas policiais. Apareciam notícias de agressões, principalmente à mulheres, brigas de facas, embriaguez, de estrupo, casos horripilantes que sucessivamente apareciam nos jornais na "cidade da ordem" como a que se segue: *"Enquanto a polícia dorme os ladrões trabalham nos quintais. Roubos e mais roubos."*[17]

O destacamento policial que já

14 Idem, ibidem, p.1.

15 *Ação da Polícia. Jornal de Joinville.* Joinville, 22 de julho de 1925, Ano VI, nº. 168, p.1.

16 *Jornal de Joinville.* Joinville, 5 de agosto de 1925, Ano VI, nº 180, p.1 e 2.

17 *Jornal de Joinville.* Joinville, 10 de agosto de 1926, Ano VII, nº. 182, p.2.

era reduzido no início da década, ao invés de aumentar, diminuia cada vez mais.

"Não é possivel esconder esta verdade: Joinville está entregue aos ladrões, devido à falta de policiamento.

Ultimamente, tem sido inúmeros os roubos registrados em casas particulares e comerciais desta cidade, quer na zona urbana, quer na suburbana. (...)

O destacamento local que conta apenas 8 praças, não pode, absolutamente, atender ao policiamento de uma cidade como a nossa, que diariamente está a receber elementos estranhos de inúmeras cidades do Paraná e deste Estado. Daí, uma série de comentários desagradáveis, que poderiam ser evitados se dispuséssemos de um destacamento maior."[18]

Em outra nota acrescentava-se:

"(...) A cidade cresce, desenvolve-se e torna-se, por isso, pouco a pouco, campo predileto para os inimigos do trabalho honesto. Oito praças, apenas oito, não bastam para proceder ao policiamento de uma cidade como a nossa que está diariamente a receber - repetimos - elementos estranhos de inúmeros pontos do país.

É necessário que Joinville tenha um destacamento policial à altura de sua civilização."[19]

Em outra manchete, lamentava-se o fato de além de ser escasso destacamento policial, esta reclama a falta de verbas e questiona o fato de Joinville, desta forma, não garantir a propriedade e a vida do cidadão:

"(...) Como não há verba para uma diligência de captura?

É lá possivel pelo fato de não estar consagrada uma tal parcela no orçamento do desprezado Estado, fique a sociedade a mercê dos salteadores, dos assassinos e de toda a caterva (sic) que no crime e para o crime vive? (...)

É lamentável tudo isso! (...)"[20]

A reclamação de verbas para os setores públicos era uma constante. Mandava-se as verbas para a capital e estas não retornavam à Joinville ficando em varias regiões e a maior cidade do Estado ficava sem o mínimo de segurança para garantir a "harmonia"e segurança as pessoas.

Em 1929 o Bazar Nipon, na Rua do Príncipe, em dez dias, foi assaltado cinco ou seis vezes, mas afirmava-se que poderia ser ainda pior na cidade "maravilha"do Estado onde havia :

"(...) dois bancos, com armazéns, com fábricas que representavam um capital de alguns milhares de contos entre maquinários e depósitos de produtos manufaturados, com 15 mil habitantes, tem um destacamento policial de cinco praças, duas das quais se acham recolhidas ao Hospital Municipal, em tratamento. (...)

---

18 *Roubos e mais Roubos. Jornal de Joinville.* Joinville, 25 de abril de 1929, Ano X, nº. 95, p.2.

19 *Gatunos Internacionais. Jornal de Joinville.* Joinville, 30 de abril de 1929, Ano X, nº. 99, p.1.

20 *Policiamento Exemplar. Jornal A Notícia.* Joinville, 19 de setembro de 1928, Ano VI, nº. 472, p.1.

Para importação de elementos indesejáveis, temos a estrada de ferro e o porto, (...).

Não é possivel fazer o policiamento de Joinville com menos de 25 praças (...).

Há da parte da nossa população, que tanto contribuiu para os cofres públicos, um clamor geral contra essa inexplicável falta de policiamento e, portanto, de garantias. (...)"[21]

Em 1932, a cidade permanecia com o mesmo destacamento policial (5 praças), só que agora com 20.000 habitantes. Toda a força pública se achava na capital para o caso de guerras e a força do 13º Batalhão de Caça que ficava aqui aquartelado, também não ajudava muito, pois de vez em quando era deslocado para a região do Contestado.

Joinville estava à mercê dos gatunos, que se apresentavam cada vez mais audaciosos, e a polícia se destacava pela sua incapacidade, onde: *"Roubos são feitos a luz do dia, nas barbas da polícia, se estas não forem competentes, então que cada um compre sua arma e seja o que Deus quiser. A cidade não pode ficar eternamente à mercê dos malfeitores".*[22]

Ao invés de Segurança Pública, tinha-se a Insegurança Pública, e como o lema era dividir para melhor controlar, o governo interventor do Dr. Nereu Ramos em 1934, ocupou com tropas a cidade de Blumenau que acabou sendo dividida em vários outros municípios e a imprensa apontava: *"(...) Enquanto se recusa um destacamento para Joinville de pelo menos 15 praças, para garantia da população, mantém-se o luxo da ocupação de Blumenau, até com metralhadoras. Será que a Força Pública existe para fazer política e não para garantir a propriedade e a vida das populações.(...)"*[23]

O novo delegado de polícia, Sr. Mimoso Ruiz, em 1934, prometia austeridade, mesmo com um pequeno destacamento e nas rondas noturnas, percebeu-se grande quantidade de crianças que perambulavam à noite com tabuleiros, vendendo doces, pastéis, etc., o que o delegado presumia ser: *"(...) seus progenitores a forçá-las a tal sacrifício. Assim sendo, acho-me a disposição de tomar medidas enérgicas no sentido de por turno a uma tal situação, responsabilizando os progenitores de todas as crianças que depois das 9 horas da noite, forem encontradas fazendo as referidas vendas ou vagueando nas ruas."*[24]

Somente em 1937, dentro da política de nacionalização e da criação de um Brasil diferente, com as "ameaças" comunistas e a intenção de

---

21 *Falta de Policiamento. Jornal de Joinville.* Joinville, 16 de maio de 1929, Ano X, nº. 111, p.1.

22 *Os Gatunos estão Agindo. Jornal de Joinville.* Joinville, 12 de abril de 1934, Ano XV, nº. 84, p.2.

23 *A Insegurança Pública. Jornal de Joinville.* Joinville, 14 de abril de 1934, Ano XV, nº. 86, p.1.

24 *Uma Medida da Polícia. Jornal de Joinville.* Joinville, 19 de novembro de 1934, Ano XXIV, nº. 264, p.2.

melhorar a vida pública, o prefeito resolve "abrir escolas para fechar cadeias"[25] como uma das soluções para as crianças que ficavam nas ruas e por estar sua maioria em idade escolar.

Da mesma forma que eram comuns notícias de assaltos, difíceis eram as que demonstrassem a eficiência policial, que capturava os bandidos e mais difícil ainda o produto dos furtos. Se prendê-los era difícil, dificuldade maior era mantê-los na cadeia, pois as notícias de fuga eram constantes.

Somente em 10 de Dezembro de 1938, pelo decreto nº. 7 e 6 do corrente, o Sr. Dr. Nereu Ramos, criou em Joinville uma Região Policial que deveria compreender as cidades de São Francisco, Jaraguá e Paraty.[26]

Procurava-se dar Segurança Pública para tranqüilizar os trabalhadores e proprietários, mas as notícias de roubos se perpetuavam, assim como a falta de policiamento que aumentava inversamente proporcional ao número de assaltos .

Poderíamos terminar este artigo dizendo: "*Vêem todos o que tu pareces, poucos porém o que realmente és*".[27] A Joinville ordeira e disciplinada apresentava na sua composição social uma população que possuía "garra de vencer", de ostentar progresso e riquezas, mas que convivia com problemas sérios de criminalidade, transportes, saúde e educação, além das suas questões salariais.

Embora as elites clamassem pela harmonia entre as classes, estas demonstraram cotidianamente seu descontentamento e resistiram.

---

25 *Abrir Escola é Fechar Cadeia. Jornal de Joinville.* Joinville, 27 de fevereiro de 1937, Ano XV, nº. 25, p.4.

26 *Região Policial. Jornal de Joinville.* Joinville, 10 de dezembro de 1938, Ano XVI, nº.142, p.1.

27 **MAQUIAVEL**, N. *O Principe*, p.126.

A INSTITUIÇÃO HOSPITALAR DE JOINVILLE E SUA PARTICIPAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO DA CIDADE COMO POLO REGIONAL

SANDRA P. L. DE CAMARGO GUEDES*

O que caracteriza uma região, segundo D. Whittlesey, é a sua homogeneidade, que pode ser entendida por suas semelhanças geográficas ou populacionais, ou ainda, como sendo *"uma área na qual suas correspondentes relações ocasionam alguma espécie de coesão. É definida por critérios específicos, sendo homogênea apenas nos termos desses critérios"* [1]. Milton Santos, por outro lado, salienta como principal fator de definição de polos regionais *"a concentração de comércio nesses pontos em que se localizara a administração, portas de saída dos produtos de exportação, recolhidos no interior do país, e portas de entrada das mercadorias, cujo comércio era praticamente exclusivo da nação colonizadora"* [2].

Percebe-se que a Região Nordeste do Estado de Santa Catarina, cujo centro é reconhecido em Joinville, é caracterizada tanto por sua homogeneidade populacional, como a de seu sistema econômico. Ambos aspectos estão diretamente relacionados à forma de ocupação do território, ou seja, pela colonização, iniciada em 1851 com a instalação da Colônia Dona Francisca, que teve Joinville como sede administrativa, e que determinou a centralização do comércio e da indústria nessa cidade[3].

A ocupação do território em que se encontra Joinville, está intimamente ligada ao processo de colonização estimulado pelo Governo Imperial Brasileiro a partir da extinção do tráfico negreiro para o país, com o objetivo de suprir esse tipo de mão-de-obra

* Doutora em História e Professora do Depto. de História da UNIVILLE.

1 **WHITTLESEY**, Derwent. *O Conceito Regional e Método Regional*, Boletim Geográfico, RJ, IBGE, 1960, nº. 154, p.13.

2 **SANTOS**, Milton. *Ensaios sobre a urbanização latino-americana*, HUCITEC, São Paulo, 1982, p.32.

3 **TERNES**, Apolinário. *História Econômica de Joinville*, Gráfica Meyer, Joinville, 1986.

e preencher os grandes vazios populacionais.

Insere-se, ainda, as crises políticas e econômicas que se desencadearam na Europa em meados do século XIX em consequência de várias revoluções e da concentração de terras nas mãos da aristocracia.

Essas crises européias, que levaram milhares de pessoas a perderem suas propriedades, empregos e, consequentemente, a passarem por severas restrições, impulsionaram grandes levas populacionais a deixarem seus países e se aventurarem em outros, como o Brasil, que ofereciam várias vantagens aos que desejassem imigrar. Nesse contexto, muitas cidades brasileiras receberam imigrantes das diversas partes do Velho Continente, que tiveram de abandonar seus lares e se adaptar às novas realidades encontradas.

Ao mesmo tempo que muitos saíam espontaneamente de seus países, outros foram expulsos pelos novos sistemas políticos que se impunham. Dessa forma, a família real foi expulsa da França, em 1848, inclusive os príncipes D. François Ferdinand Philipe[4] e sua esposa, a Princesa Brasileira, Dona Francisca Carolina[5]. Com sérias dificuldades financeiras, o Príncipe resolveu desfazer-se de parte do dote de 25 léguas quadradas(46.582 hectares) de terras devolutas ao norte da Província de Santa Catarina, no Brasil, recebidos por ocasião de seu casamento em 1843 [6].

Não desejando afastar-se da França, já que sempre pensou em reassumir sua cidadania[7], o Príncipe francês indicou Leonce Aubé, vice-consul da França no Rio de Janeiro, para administrar seus negócios no Brasil e promover a colonização das terras dotais. Assim, foi contratado o Senador hamburguês Cristian Mathias Schroeder, que além de já ter tido experiências anteriores desse tipo, possuía ligações comerciais com o Brasil, mais especificamente com o Rio de Janeiro[8].

Cristian Mathias Schroeder encarregou-se da contratação de uma empresa que providenciasse a infraestrutura básica e trouxesse imigrantes para colonizar as terras dos Príncipes. Assim, foi contratada a Socie-

4 *D. François Ferdinand Philipe, 1818-1900, terceiro filho do rei da França, Luis Felipe, e Príncipe da cidade de Joinville, na França.*

5 *Dona Francisca Carolina, 1824-1898, filha de D. Pedro I.*

6 **EHLKE**, Cyro. *Joinville 1851-1975*. Águia, Joinville, s.d.

7 **COIMBRA**, Creso. *François D'Orleans Príncipe de Joinville*. Joinville, AHJ, 1991.

8 **OLIVEIRA**, Carlos Gomes de. *Integração. Estudos Sociais e Históricos Joinville; Santa Catarina, Brasil*. Gráfica Canarinho, Florianópolis, 1984, p. 66.

dade Hamburguesa de Colonização de 1849 (HAMBURGER KOLONISATIONS-VEREIN VON 1849), que em 1897, em péssimas condições financeiras, transferiu todas as suas propriedades à Companhia Hanseática que colonizou a maior parte de Santa Catarina[9].

Um contrato entre a Sociedade Hamburguesa de Colonização e o Governo Imperial brasileiro estipulava as condições para que a Colônia pudesse ser implementada. Uma delas era a de que a Companhia construísse um hospital e trouxesse um médico e um boticário para a Colônia e, em troca, ambos seriam subvencionados pelo governo brasileiro. Além disso, a Colônia não poderia ter escravos e um número mínimo de 400 imigrantes por ano deveria ser trazido durante os primeiros anos. Em 1871, um novo contrato aumentaria para mil imigrantes por ano e em 1882 reduziria de mil para setecentos imigrantes por ano, devido às restrições do Governo Alemão à imigração para o Brasil, provocadas pelas más condições de vida encontradas pelos imigrantes que aqui chegaram. A quebra dessas cláusulas significaria a suspensão das subvenções[10].

De forma semelhante ao ocorrido em outras partes do país, os imigrantes que vieram para Joinville foram transportados em navios superlotados e com péssimas condições de higiene e conforto. As propagandas favorecendo a imigração e o lucro que as companhias imigrantistas alcançavam com esse tipo de atividade, não esperaram pelo preparo da infra-estrutura sanitária para receber grandes contingentes populacionais. Assim, o aumento descontrolado da população acentuou os já existentes problemas sanitários em vários pontos do país e possibilitou o desenvolvimento de pestes e epidemias, gerando muitas mortes[11].

A necessidade de um local para abrigar os doentes logo foi sentida, além do que, conforme anteriormente citado, a existência de um hospital fazia parte das exigências do Governo Brasileiro para a efetivação do empreendimento colonizador.

Uma pequena casa de madeira foi construída, em 1851, para ser o primeiro hospital, mas a falta de cons-

9 **FAUSTO**, Boris (org.). *O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930). História Geral da Civilização Brasileira.* DIFEL, SP, III(2), 1985, p. 122 e segs.

10 *Domínio Dona Francisca*, 1858-1869, p. 42-43

11 **PETRONE**, Maria Tereza S. *Imigração.* **FAUSTO**, Boris (org.). *O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930). História Geral da Civilização Brasileira.* DIFEL, SP, III(2), 1985, pp. 94-133.

truções para moradia fez com que ela se transformasse na residência do primeiro médico que chegou à colônia, Dr. Wilhelm Moeller.

No ano de 1852 um novo prédio foi construído para ser o hospital da Colônia, servindo para abrigo de velhos e desvalidos, como a maioria dos hospitais da época[12].

Apesar de constar no contrato de colonização a obrigatoriedade de que todos os imigrantes tivessem tratamento gratuito no hospital da Direção da Colônia durante o primeiro ano no Brasil, ele não tinha condições suficientes para isso. Tratava-se, apenas, de uma formalidade contratual, já que, quando necessário, os médicos da Direção atendiam aos pacientes em casa, como era costume na época.

Porém, as grandes levas imigratórias intensificavam as epidemias e faziam com que os trabalhadores brasileiros, contratados das imediações para ajudarem nas construções, abandonassem a cidade em busca de lugares mais seguros[13].

A distribuição geográfica da população da Colônia Dona Francisca é um fator importante para a compreensão do caráter regional que Joinville, como sede da Colônia, assumiu e cultivou.

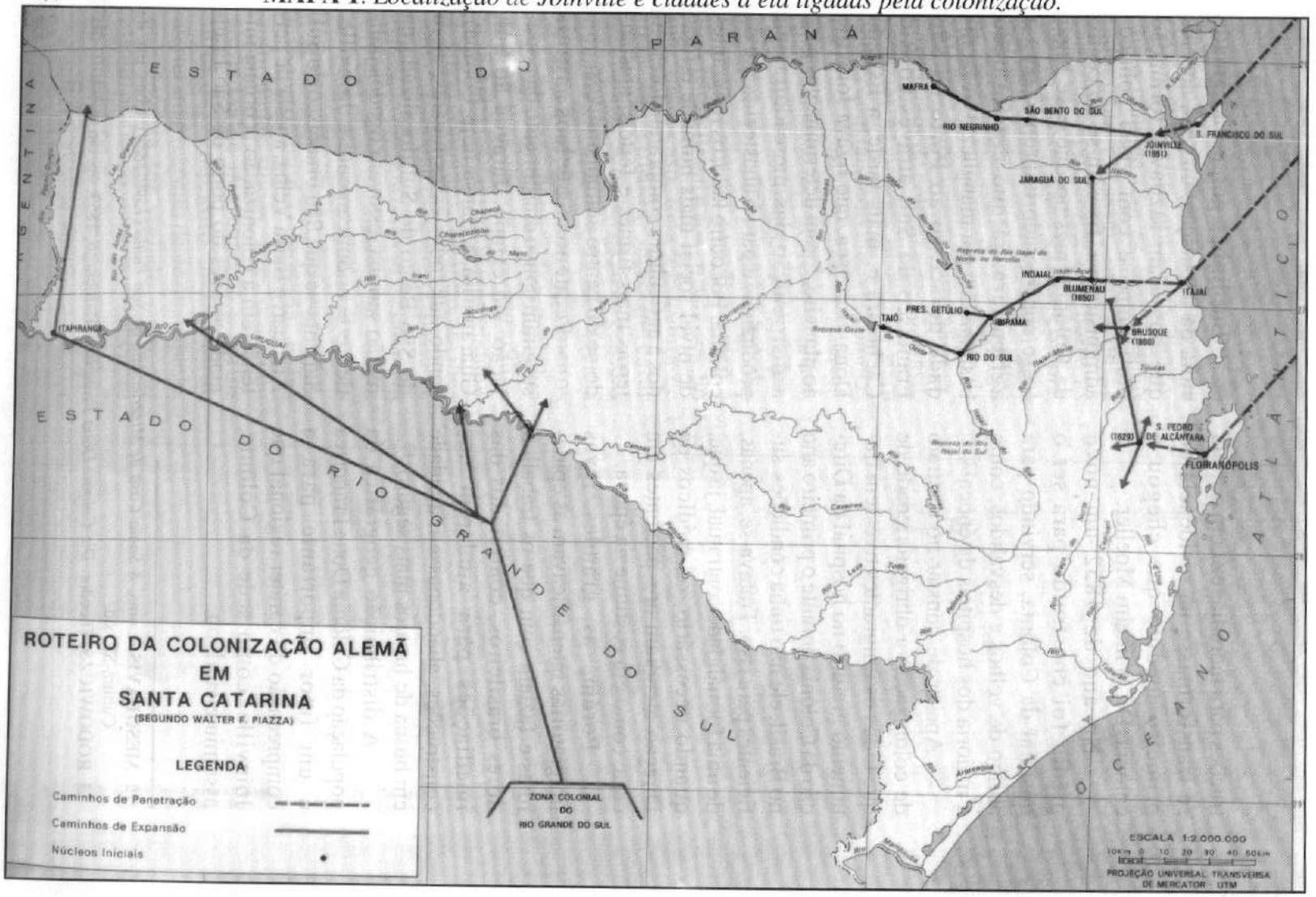
Em linhas gerais, a camada culta da população, ou seja, aqueles que possuíam razoável formação profissional e com visão político-administrativa, fixaram-se no centro da Colônia, mesmo que esse lugar fosse considerado impróprio para a agricultura, já que era formado basicamente por manguezal. A facilidade de acesso ao Porto de São Francisco do Sul, através do Rio Cachoeira e, mais tarde, a Estrada Dona Francisca, que ligava Joinville ao planalto, foram determinantes para a distribuição das mercadorias ali produzidas e para o abastecimento da colônia. Por outro lado, os imigrantes de nível social mais humilde e ligados à agricultura compraram lotes em terras mais firmes e férteis, afastando-se do centro administrativos.

Pequenos núcleos rurais surgiram com o crescimento da população no campo: Jaraguá do Sul, Guaramirim e Hansa(hoje Corupá), sendo que todos esses lugares, além de São Bento do Sul, localizada na região serrana, estavam ligados política e economicamente a Joinville. Salienta-se que São Francisco do Sul, Araquari e Barra Velha, apesar de pertencerem à colonização açoriana iniciada através do porto de São Fran-

12 **MESGRAVIS**, Laima. *A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884).* Cons. Est. de Cultura-SP, s.d.

13 **RODOWICZS**, Theodor. *Die Colonie Dona Francisca.* Hamburgo, 1853, op. cit., p. 97.

MAPA 1. *Localização de Joinville e cidades a ela ligadas pela colonização.*



cisco do Sul, também passaram a depender de Joinville, já que sua condição de sede de Colônia propiciou a concentração de toda infra-estrutura exigida pelo Governo Imperial em seus limites. O mapa 1 evidencia a origem colonial das cidades vizinhas a Joinville.

A Colônia Dona Francisca possuía, em 1874, uma população total de 7860 habitantes, incluindo o núcleo rural de São Bento do Sul, enquanto a Vila de Joinville, sede da Colônia, possuía 1670 moradores, distribuídos em 280 casas.

No último ano do século XIX, o município de Joinville, com uma área de aproximadamente 83800 hectares, tinha cerca de 19000 habitantes, dentre os quais apenas 3000 residiam na cidade. Algumas dessas pessoas envolveram-se ativamente na política local já a partir da segunda metade desse século, criando em 1869, a Câmara Municipal e libertando-se da tutela da Companhia de Colonização. Desde então, passaram a criticar a administração da Colônia, procurando tomar para si a gestão total dos serviços públicos. O Hospital passou a fazer parte dessas metas, oficialmente, deste 1870.

A Câmara propôs à Direção da Colônia a compra do Hospital e um contrato chegou a ser firmado, mas não passou pela aprovação do Governo Provincial, de quem era a "exclusiva competência" da decisão[14]. Por diversas vezes, o pedido foi reforçado, mas a Câmara não obtinha respostas definitivas.

Apesar de ser formada, principalmente, por alemães ou descendentes deles, a Câmara pretendia que o Hospital deixasse de pertencer a "uma Sociedade Estrangeira" e passasse para a municipalidade[15]. As ambições políticas transformaram a construção do Hospital em um trunfo.

O Superintendente Municipal de Joinville, em 1871, considerava como condições importantes para o desenvolvimento de Joinville, em primeiro lugar, a existência do Porto de São Francisco do Sul e sua fácil comunicação com a Colônia. As condições de transporte eram consideradas essenciais também por Rodowicz, alemão que escreveu, em 1853, um relato minucioso sobre a Colônia Dona Francisca, a fim de melhor informar aqueles que quisessem emigrar. Assinalava que, *"sem elas, povoados que representariam futuros mercados para colocação dos produtos*

14 *Ata Da Sessão Ord. De 17 de julho de 1871.*

15 *Carta do Paço da Câmara Municipal para o Presidente da Província em 11/02/1871.*

deixarão de existir" e que, *" no Brasil, uma estrada ainda não deixa de ser normal, mesmo que o cavalo tenha de vencer a metade do percurso arrastando a barriga na lama...*[16] e, em segundo lugar, as condições de atendimento oferecidas aos imigrantes recém-chegados, através de *"duas boticas, dois excelentes médicos, (e) um hospital bem munido"*[17].

Esses dois médicos, Dr. P. M. Wolff e Dr. W. Engelke, atendiam a uma população de 7558 pessoas em 1873, o que deixava muito a desejar. As críticas ao atendimento médico existente eram frequentes. Embora a cidade de Joinville tivesse sido transformada em município independente da Colônia Dona Francisca, em 1866, continuava a ter em seus limites o único hospital de toda a Colônia, o mesmo acontecendo com os médicos, apesar da maior parte da população estar no Distrito Rural.

São Bento do Sul só possuía uma botica até 1876, quando o Dr. Phillip Maria Wolff foi transferido para lá e, até mesmo a cidade de São Francisco do Sul, fundada no século XVII, não possuía um hospital em condições de atender às frequentes epidemias motivadas pelo intenso movimento portuário, por isso, muitas vezes, seus doentes eram encaminhados a Joinville para serem tratados.

As autoridades de Joinville chegaram a pedir ao Governo do Estado para que ajudasse os francisquenses a construirem um novo hospital, *"pois o que atualmente existe, (...) está debaixo de qualquer crítica, pela imprestabilidade do edifício e do local onde está construído"*[18].

Somente em 1916, São Francisco do Sul abriu um edital de concorrência pública para a construção de um novo prédio para o hospital da cidade, administrado pela Ordem Terceira de São Francisco[19].

Além disso, a abertura da Estrada Dona Francisca, ligando a Colônia ao Planalto Paranaense, de 1856 a 1877, e a construção da estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, iniciada em 1906[20], ao mesmo tempo que deram muitos empregos, produziram centenas de doentes e acidentados ao tomarem contato com focos de irradiação da malária, tifo e verminoses, principalmente. A maioria dessas pessoas foram encaminhadas ao Hospital de Joinville e eram registradas nos livros do Hospital

16 **RODOWICZ**, Theodor, op. cit., p. 9-10.
17 *Relatório do Superintendente Municipal O. Luis Niemeyer, 1871.*
18 *Gazeta de Joinville*, 15/06/1907.
19 *Gazeta do Comércio*, 22/03/1916.
20 **TERNES**, Apolinário, op. cit., p. 64-67.

como "Trabalhadores da Estrada de Ferro" ou simplesmente "trabalhadores".

O excessivo número de imigrantes chegados em 1873 facilitou o surgimento de epidemias de cólera e tifo, levando várias pessoas à morte. Esses problemas sanitários foram determinantes para a crise que a partir daí atingiu a Companhia Colonizadora de Hamburgo.

A fim de minimizar os gastos, a Direção da Colônia tentou transferir o Hospital para a administração da Câmara Municipal, propondo repassar *"os edifícios e o terreno com a metade do inventário mobiliário, com camas, roupas brancas, etc"* e também a *"subvenção anual de Rs.600$000"* dada pelo Governo Imperial ao Hospital . Em troca, a Câmara se obrigaria a continuar a *"receber os doentes que esta Direção, em nome da dita Sociedade, pode se ver obrigada tratar no Hospital desta villa pelo preço de 600 rs diários por doente"*[21].

Contudo, essa proposta não foi aprovada pelo Governo Provincial.

As necessidades de infra-estrutura médica, verificadas nesses momentos de surtos epidêmicos, vinham ao encontro da crescente participação da classe médica na vida política nacional, embasada nas diretrizes mundiais em favor da higienização. Desde as primeiras décadas do século XIX, os médicos brasileiros impunham-se como os únicos capazes de promover *"a proteção à saúde pública e, por extensão, à ordenação da cidade"*.[22] Desta forma, a construção de um novo prédio para o hospital de Joinville, tornava-se um importante e atual baluarte político.

Em 1893, após inúmeras tentativas, a Câmara conseguiu tomar para si a direção do Hospital, considerando-o de utilidade pública através da resolução nº. 10 de 12 de junho de 1893, assinada pelo então Presidente da Câmara, o médico Abdon Batista, pagando apenas dois contos de réis pelo terreno.

Quanto mais fortalecida tornava-se a Câmara Municipal, maior sua participação na defesa do bem público. Dirigir o Hospital significava poder ampliá-lo e propiciar melhores condições de atendimento, já que recebia doentes de toda a colonização.

Além disso, a Sociedade Colonizadora só se obrigava a atender os colonos durante o seu primeiro ano na Colônia, embora abrisse exceções a algumas pessoas. Se passasse para o

21 *Livro de Correspondências*. 06 de fev. de 1877, p. 374.

22 **COSTA**, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*, RJ, Graal, 1983, pág. 57.

controle do município, o Hospital poderia atender, indistintamente, a todos os colonos pobres, ampliando sobremaneira a influência política daqueles que o implementassem.

Aos esforços dos poucos médicos e funcionários do Hospital Municipal, agregaram-se, portanto, os políticos sendo que a Câmara lutou incessantemente para conseguir construir um novo prédio para a Instituição[23].

Em 1902, o então candidato à Superintendência Municipal, Procópio Gomes de Oliveira, encampou a idéia da construção de um outro prédio para o Hospital em sua plataforma de governo[24].

A 19 de janeiro de 1903, já na Superintendência Municipal de Joinville, Procópio Gomes cobrava do Vice-Governador do Estado uma quantia de Rs .20.589$497, que estava sendo desviada pelo Tesouro do Estado ao Hospital de Caridade de Joinville. Essa quantia fazia parte da Lei Orçamentária do Estado[25], conquistada por Ernesto Canac[26] enquanto Deputado Estadual e que destinava uma verba anual para a manutenção de hospitais de caridade. Esta subvenção estadual que em 1897 era de Rs. 300$000, passando para Rs.400$000 por mês e mais Rs 1$000 por alienado internado em 1903,[27] foi acumulada no decorrer dos anos em apólices alienáveis e inalienáveis[28] ao Hospital de Caridade. *"As importâncias destinadas para o custeio e obras dos estabelecimentos, que não foram recebidos no respectivo exercício, são no fim do mesmo convertidos em apólices inalienáveis"*[29]. A quantia de Rs.3:000$000, que havia sido prometida pelo ex-Governador Dr. Felipe Schmidt para a construção de um asilo de órfãos[30], também era cobrada com objetivos de usar o dinheiro na construção do novo prédio do Hospital.

Procópio Gomes assegurava que somente com o pagamento das quotas devidas desde 1898 ao Hospital, ele poderia ser reconstruído, pois

23 *Resoluções do Conselho Municipal de Joinville do Ano de 1898.* Resolução nº. 35, Art. 8.

24 **OLIVEIRA**, Plácido Olímpio. *Joinville em 1906.* Álbum do centenário de Joinville, p.118, *Procópio Gomes de Oliveira pertencia à coligação "Fortchiff" e "Republicano".*

25 *Lei nº. 268 de 27/09/1897, Relatório do Ano de 1899.*

26 *Ernesto Canac era francês, engenheiro, formado pela Escola de Pontes e Calçadas da França. Estabeleceu-se no Brasil em 1878 e foi o fundador da Companhia Industrial de Joinville.*

27 *Em 1927 essa diária era de 2$500 por indigente internado.* Relatório do Sup. Ulysses Costa, p. 25.

28 *Discurso de Procópio Gomes de Oliveira na inauguração do novo prédio do Hospital,* 09/06/1906.

29 *Relatório do Ano de 1899.*

30 *Copiador de Correspondências do Conselho Municipal de Joinville.* 1903-1908.

encontrava-se prestes a desabar. Salientava ainda, que eram muitas as colônias que dependiam do Hospital de Joinville para abrigar seus desvalidos, além do atendimento à navegação costeira, que o tornava indispensável[31].

A construção de um novo prédio para o Hospital envolveu toda a sociedade e ocupou muitas reuniões da Câmara Municipal. Os primeiros estudos para a sua construção tiveram início a partir da promessa do Padre Carlos Boegerhausen(Alemanha 1833 - Joinville 1906) de doar um terreno de dois hectares para o mesmo, em 1903, sob a condição de que fosse administrado por Irmãs de Caridade. Um projeto foi trazido do Rio de Janeiro, mas o Presidente do Conselho, Sr. Ernesto Canac, sugeriu algumas modificações e que fosse adaptado às necessidades de Joinville.

No dia 18 de outubro de 1903, foi lançada a pedra fundamental do novo prédio do Hospital, pelo Vice-Governador do Estado Coronel Vidal José de Oliveira Ramos Junior, que estava visitando Joinville. A pedra encerrou *"uma cápsula de cobre, contendo uma cópia (da) Ata (da colocação da pedra) junto com a Resolução Nº 64, jornais e outros objetos"*[32]. Sem dúvida, este foi mais um ato político importante para os dirigentes municipais, pois a continuidade das obras dependia do envio das subvenções atrasadas para o hospital e que o Governo do Estado demorava a enviar.

Somente em março de 1904, o município recebeu, com a intervenção de Procópio Gomes de Oliveira, o valor das dívidas que o Estado tinha para com Joinville, ou seja, *"treze apólices inalienáveis no valor de Rs.12:500$000 pertencentes ao patrimônio do novo hospital, treze apólices inalienáveis no valor de Rs. 15:000$000 e mais Rs.120$000 em dinheiro (...): mais a quantia de Rs. 897$500, juros vencidos do último semestre das apólices pertencentes ao Hospital"*[33].

O novo prédio do Hospital foi benzido em 15 de outubro de 1905 e inaugurado em 04 de junho de 1906 com uma grande festa. A historiografia joinvilense tem dado a esta data como a que deu início à Instituição, o que não corresponde à realidade, já que, como foi apresentado, ela era a mesma de 1852.

31 Idem, ibidem.

32 *Ata Especial da Colocação da Pedra Fundamental do Novo Hospital.* LIVRO DE ATAS. Idem p. 43 e 44.

33 *Atas da Sessão do Conselho Municipal de Joinville,* 1903-1908. Sessão Extraordinária de 07/03/1904. p. 56 verso.

Até mesmo os doentes que se encontravam internados no antigo prédio foram transferidos para o novo. Eram dez pessoas (sete homens e três mulheres), que passaram a ser tratadas pelas Irmãs de Caridade.

Considerar a data de 1906 como a da inauguração da instituição, e não apenas de um novo prédio, era simbolicamente importante para a afirmação de uma independência político-administrativa dos colonos em relação à Sociedade Colonizadora. Assim como para fortalecer a importância política daqueles que participaram de sua construção. Desta forma, tudo o que ocorreu anteriormente à 1906 foi considerado como uma outra pequena casa de saúde que existiu e desapareceu com o novo hospital.

Mesmo após a inauguração do novo prédio do Hospital as obras prosseguiram, pois as verbas não tinham sido suficientes para a construção da ala esquerda nem do isolamento e do necrotério[34]. No decorrer dos anos, esse prédio foi alterado e ampliado por diversas vezes, contando sempre com doações da população que participava intensamente na manutenção do Hospital, desde 1906 denominado "de Caridade".

Os relatórios dos Superintendentes frizavam, sempre, a importância do Hospital para a região. Assim, em 1912, o relatório do superintendente Procópio Gomes de Oliveira já demonstrava que 21% dos internados no Hospital Municipal vinham de fora de Joinville, ou seja, dos distritos de Jaraguá do Sul, Hansa(atual Corupá), Bananal(atual Araquari), Bupeva e Rio Velho (Vide mapa 1), e em 1919, o médico e Superintendente Abdon Batista, citava, com orgulho, o "crédito" que o Hospital vinha adquirindo entre as cidades vizinhas, pois atendia pessoas de Mafra, Rio Negro, São Bento do Sul, Canoinhas e Porto União[35].

O atendimento à população pobre dessas e de outras cidades tornou-se um hábito, mesmo porque jamais chegaram a ter um hospital com condições de atendimento melhores do que as de Joinville, para onde a maioria das verbas eram destinadas.

A frequência de pessoas de outros municípios, além da população efetiva de Joinville, forçava o pequeno hospital a ser ampliado e modernizado. Muitas vezes, o Hospital não dispunha de leitos suficientes para atender a todos, deixando várias pessoas à espera de uma vaga.

A instalação do 13° Batalhão de Caçadores, trazendo a Joinville 178

34 *Gazeta de Joinville*, julho de 1906.

35 *Relatório Referente ao Ano de 1919*. Quadriênio do Dr. Abdon Baptista, p.13.

praças e outros "Inferiores", em março de 1918[36], obrigou a municipalidade a ceder uma sala do Hospital para enfermaria provisória do Batalhão. Aquele número logo se ampliou, pois muitas pessoas foram atraídas, de outras cidades, para fazer parte daquele batalhão[37]. Mil duzentos e trinta e sete soldados e sessenta militares, entre cabos, sargentos e tenentes, foram atendidos no Hospital de 1913 a 1932, conforme os dados registrados nos Livros de Entrada e Saída de pacientes daquela Instituição.

Ainda em 1927 essa era a realidade do Hospital de Joinville, conforme relata o Superintendente Municipal da época: *"No Hospital são tratados praças da Força Pública de todos os destacamentos à margem da estrada de ferro, desde Joinville até Herval. Indigentes dos municípios vizinhos procuram o Hospital de Joinville, onde são recebidos"*[38].

Os Diretores do Hospital e os Superintendentes Municipais vangloriavam-se, ano após ano, do aumento constante no número de pacientes do Hospital, principalmente de doentes particulares, graças aos quais tornava-se economicamente possível administrar a instituição.

Somente os serviços prestados a particulares eram cobrados, enquanto o atendimento a indigentes era totalmente gratuito, inclusive os honorários médicos.

Esse tratamento personalizado foi se tornando inviável com o crescimento da população. Joinville passou a receber, mesmo após a interrupção da imigração estrangeira, por volta de 1900, constantes levas de migrantes internos, graças à instalação de indústrias na cidade[39], além do atendimento às populações vizinhas, sempre frequente, *"trazidos pela justificativa fama de hospital modelar"* que a instituição tinha, conforme salientava o Diretor do Hospital, Dr. Norberto Bachmann, em seu relatório de 1937.

No período de 1913 a 1932, em vinte anos portanto, foram registrados dois mil e duzentos pacientes de fora de Joinville nos Livros de Registros do Hospital, sendo que os maiores números foram das cidades de: Jaraguá do Sul-288, Blumenau-166, Bananal ou Araquari-119, Parati-108, Porto União-97, Herval-88, São Bento do Sul-47, São Francisco do Sul-46,

36 *Correio do Norte*. 14/03/1918.

37 *Relatório Apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Dr.Ulysses Costa*, 1927. p. 25.

38 *Regulamento do Hospital Municipal*, 1933, Cap. II, Art. 7.

39 **OLIVEIRA**, Carlos Gomes de. *Integração. Estudos Sociais e Históricos Joinville; Santa Catarina, Brasil*. Gráfica Canarinho, Florianópolis, 1984, pp. 80, 82 e 94.

Bupeva-43, Campo Alegre-40, e os ambulantes em número de 46, dentre outros[40]. O Hospital de Araquari só foi construído na década de 1950, enquanto que o de Jaraguá do Sul em 1935 e o de São Bento do Sul em 1942.

Considerando-se que nesse mesmo período foram atendidos um total de 14274 (quatorze mil duzentas e setenta e quatro) pessoas no Hospital de Joinville, o número de pacientes de fora representou 15% do total de internamentos[41]. Considerando-se, ainda, que todas as cidades mencionadas eram bastante pequenas, os números tornam-se significativos.

Em 1933 a população urbana de Joinville era de 14000(quatorze mil) habitantes e a rural de 25000(vinte e cinco mil), servida por dez médicos e dois hospitais (o de Caridade e o Dona Helena, que era particular). Para os demais distritos da Colônia, havia três médicos e nenhum hospital, para uma população de 30000(trinta mil) habitantes[42]. O aumento do número de pacientes do Hospital, aliado ao crescimento industrial da cidade, atraiu também médicos de outras cidades. Em 1918, o respeitado Dr. Norberto Bachmann, um dos maiores especialistas em doenças tropicais da década de 1920, transferiu-se de Itajaí para Joinville e, no mesmo ano, participou ativamente do tratamento dos infectados pela influenza(gripe espanhola) internados no isolamento municipal.

O Dr. Norberto Bachmann, fez vários cursos de especialização na Alemanha e mantinha contatos científicos importantes com aquele país. Em 1928 relatava que estava *"em correspondência com casas alemãs para o fornecimento do instrumental necessário para um pequeno laboratório bromatológico, que garanta um exame mais minucioso do leite"*[43].

O atendimento a doentes de outras cidades, ao mesmo tempo que forçava esse aprimoramento técnico-científico da instituição, aumentava as necessidades de recursos financeiros.

O Regimento Interno do Hospital Municipal de 1940 já apresentava uma cláusula específica aos doentes de outras cidades que quisessem ser internados no Hospital procurando minimizar os gastos com essas internações: *"Os indigentes de outros municípios poderão receber hospitalização gratuita, sob a*

40 *Livro de Registro de Pacientes do Hospital.* 1913-32.

41 *Idem, ibidem.*

42 *Relatório correspondente ao ano de 1934. Resoluções de 1934. Lei Orçamentária para 1935.* Joinville sem Editora em 1934.

43 *Relatório Apresentado ao Conselho Municipal pelo Superintendente Dr. Ulysses Costa,* 1928, p. 35.

responsabilidade dos respectivos Prefeitos ou Intendentes Distritais, mediante pedido escrito a esta Prefeitura ou à Direção do Hospital"[44].

Esse problema ainda era evidente na década de 1960, quando o então diretor do Hospital, Dr. Harald Karmann, sugeriu aos prefeitos das cidades vizinhas, que dessem duas camas cada um para o "São José", para que fosse possível atender a seus doentes quando o procurassem, ou então que, a cada mês, pagassem as contas de seus concidadãos. Segundo aquele médico, *"eram reinvidicações justas, pois Joinville não podia sustentar a todos, (...) era justo ajuntar o infortúnio na manutenção do Hospital São José"*[45].

Ainda hoje o "São José" atende a milhares de pessoas de cidades vizinhas que, segundo informação da secretaria do Hospital, em sua maioria, procuram internações através do Pronto Socorro, pois sendo de outro município só poderiam ser internados com uma guia médica.

Percebe-se, portanto, que o Hospital de Joinville, atual Hospital Municipal São José, teve uma importante participação política na consolidação de Joinville como sede de uma região, já que além de sua natural configuração como infra-estrutura necessária, foi utilizado como instrumento político em uma época que a saúde pública e, por extensão, os médicos adquiriam grande poder na política regional.

44 *Regimento Interno do Hospital Municipal de 1940.* Cap. 1,Art. 2§1.

45 *Entrevista gravada com o Dr. Harald Karmann em fevereiro de 1988.* O nome, Hospital São José, remonta a 1940.

NOSSA IMPRENSA

ELLY HERKENHOF*

Um Pioneiro Observador

Sábado, 13 de dezembro de 1851 - fim de semana rotineiro, de duro trabalho e muito suor, mas ao mesmo tempo de bastante euforia e expectativa, já pelo descréscimo lento e promissor, da epidemia de desinteria bacilar - o terrível flagelo dos últimos meses - já pela aproximação do primeiro natal da nova pátria, um natal inédito, inimaginável, sem neve nos campos, nos telhados sem sinos de igrejas e sem pinheiro iluminado - o primeiro natal longe dos entes familiares e amigos, longe de tantas, tantas coisas que ficaram "no lado de lá"...

E outro motivo para o alvoroço na recém-fundada Colônia Dona Francisca: a chegada, ao porto de São Francisco, do veleiro "Neptun", trazendo mais uma leva de imigrantes, futuros companheiros de luta, que já estavam sendo transportados em barcos para a Colônia e alojados nas casas de recepção.

A notícia da aproximação do "Neptun" já havia se espalhado na Colônia, desde a chegada, por um navio a vapor, da relação dos passageiros embarcados e, segundo aquela relação, entre os viajantes se encontrava o pastor Daniel Hoffmann, enviado de Hamburgo - motivo especial para a euforia geral, já que a esmagadora maioria dos imigrantes era de confissão evangélico-lutherana.

É de se crer que a quase totalidade dos colonos já estabelecidos tenha se informado, junto à Direção da Colônia, acerca dos passageiros do "Neptun", que havia deixado o porto de Hamburgo a 13 de outubro daquele ano - ou por simples curiosidade ou pela vaga esperança de encontrar algum nome de parente ou amigo ou simples conhecido ou mesmo desconhecido, oriundo da aldeia natal... quem sabe?

No entanto, é pouco provável que alguém tenha dado atenção ao nome do imigrante número 447 da lista, um imigrante de nome Karl Knippel, lavrador de profissão, 34 anos de idade, solteiro, procedente da cidadezinha de Pinne, província de Posen, na Prússia Oriental - região hoje incorporada à República da Polônia.

E com o mesmo nome - Karl Knippel - o nosso imigrante figura no Livro de Registro dos Imigrantes da Direção da Colônia, quando na

---

* *Pesquisadora do AHJ. O artigo é parte da pesquisa realizada no AHJ, sob o título "História da Imprensa em Joinville".*

realidade o seu nome era Karl Konstantin Knüppel, personagem importantíssimo, não só de nossa história local, mas da própria história da Imprensa do Brasil, por ter lançado, 11 meses após a sua chegada, o primeiro jornal de toda a região e o segundo em língua alemã, no Brasil, apenas precedido pelo "Der Colonist" (O Colono), fundado em Porto Alegre a 2 de agosto daquele ano de 1852 e atuante até 31 de julho de 1853.

É possível que o nosso Karl Konstantin tenha sido influenciado pelo lançamento daquele jornal porto-alegrense, ainda mais que, após assumir o cargo de escrivão na Colônia, foi se informando, aos poucos, de fatos que aconteciam na Direção e em outros setores, fatos que mereciam ser publicamente expostos, debatidos e criticados - exatamente no estilo humorístico, inimitável do nosso jornalista pioneiro que, já pela escolha do nome do jornal, demonstrou esplêndido senso de humor.

"Der Beobachter am Mathiasstrom" (O Observador às Margens do Rio Mathias), era este o nome, um nome que, superficialmente lido em português, poderá até mesmo se afigurar coerente, já que o nosso Mathias - assim chamado em homenagem ao Senador Christian Mathias Schroeder, presidente da Sociedade Colonizadora de Hamburgo atravessava então, assim como hoje atravessa, uma parte central de Joinville, habitualmente como simples riacho ou, para os mais otimistas, como ribeirão.

Assim o nosso "Observador" poderia ter se instalado às margens do "Mathiasbach" (Ribeirão Mathias) - jamais às margens de um "Strom"...

É que em alemão existem dois vocábulos para definir um rio: "Fluss" e "Strom".

O Cachoeira é um "Fluss", o Tietê, o Doce, o Itajaí.

Mas uma torrente de água da potência do Rio Amazonas, já não é mais um "Fluss" - é um "Strom". Assim, o Tocantins é um "Strom", o Nilo, o Mississipi, enfim, todos os possantes rios do mundo se definem como "Strom".

Daí o nosso, muito nosso "Mathiasstrom"...

É evidente que, para a impressão de um jornal, em qualquer idioma, em qualquer parte do mundo, existe uma condição "sine qua non", que é a existência de uma imprensa - objeto raro, àquela altura, na Província de Santa Catarina e não encontrável na região das terras da Colônia Dona Francisca. Esta realidade, porém, não foi nenhum problema para o nosso jornalista, que simples e decididamente lançou, a 2 de novembro do ano de 1852, o número um de seu "Beobachter" - não impresso, mas manuscrito - em papel de carta duplo, vendendo cada exemplar ao preço de 120 réis aos leitores, que literalmente chegavam a disputar a posse de tal preciosidade.

Há um detalhe curioso, relativo ao nome no nosso jornalista: a palavra "Knüppel" se traduz por "cacete" ou "porrete" e não será difícil imaginar, que vários são os ditados, provérbios

e expressões, ligados ao nome "Knüppel".

Assim, existe o ditado "Der Knüppel liegt immer beim Hund" (O cacete está sempre junto ao cão), significando que alguém faz ou deixa de fazer isto ou aquilo, forçado pelas circunstâncias. Há também o provérbio "Wer Voegel fangen will, wirft nicht mit Knüppeln darunter" (Quem quiser apanhar pássaros, não atira porretes no meio deles). A expressão "Mit Knüppeln dreinschlagen" é usada no sentido de "meter o pau para resolver algum problema". "Jemanden einen Knüppel zwischen die Fuesse werfen" (Atirar um porrete entre os pés de alguém) é criar obstáculos a alguém, para prejudicá-lo...

Sem dúvida, o nosso jornalista "Cacete", com aquele "ésprit" que lhe é atribuído, serviu-se de tais expressões e delas abusava, sempre que se dispunha à crítica, o que bem frequentemente acontecia.

Por outro lado, não há nenhuma dúvida, que inúmeros foram os trocadilhos, as piadas, as chacotas, criadas pela população da crescente colônia, em torno de Karl Konstantin, figura das mais conhecidas, mas não unanimemente visto com simpatia...

E no entanto, ao depararmos com o "artigo de fundo" na primeira página do nº. 1 do "Beobachter", uma faceta extremamente simpática da complexa personalidade do jornalista se nos revela.

Não é - ainda - o humorista por excelência, o satirista irreverente e espirituoso, que nos fala. É o imigrante recém-vindo - somente o imigrante - sensitivo, místico e profundamente humano. É o recém-vindo representante de toda uma coletividade ou, antes, de um determinado grupo de imigrantes oriundos de países de língua alemã, cultos e idealistas, que para aqui vieram, após os movimentos revolucionários, que ensangüentaram a Europa no meado do século passado ou então vieram, em conseqüência do rumo desastroso que havia tomado a Guerra Teuto-Dinamarquesa.

A parte inicial do artigo, escrita na letra gótica e segundo as normas de ortografia então ainda em vigor, nos diz o seguinte:

"Demos adeus às plagas do torrão natal... ah!, doloroso adeus! Apoderou-se de nós e consigo nos arrastou, a possante corrente da desconfiança e do fracasso.

Não tinha mais espaço para nós, a terra que fez a felicidade de nossos pais e que amávamos mais do que o nosso sangue? O que foi - e continua sendo - que nos expulsou, aos milhares, da idolatrada e inesquecível pátria?

É a vontade de uma Providência onisciente e insondável, que generosamente se revela, sempre que um coração torturado anseia por mitigação e que, pródiga, estende a sua mão, onde existe alma em desespero.

Eu te saúdo, minha nova Pátria ..."

E, após algumas considerações em torno da coletividade dos imigrantes e a necessidade de estreita

colaboração e muita coragem para a luta dioturna, continua o "Observador":

"A Colônia!

Quantos corações doloridos e angustiados conta ela? A Colônia às margens do Rio Mathias conta com homens, que querem o bem e corações plenos de sensibilidade e energia. Mas os seus anseios e a sua determinação se perdem, desapercebidos, como o arrebol.

E no entanto, quanto poder em seus propósitos e anseios! Quanta força, que não se deverá desperdiçar!...

... Esta folha pretende ser um amigo de todos, um amigo estimado, ao qual se confia o que há de melhor e que se recebe e saúda alegremente no limiar de sua casa.

O "Observador" pretende:

01. Levar a opinião e os anseios de todos, ao conhecimento geral.

02. Informar os colonos a respeito das condições da Colônia, desde o seu início.

03. Informar as obrigações da Sociedade Colonizadora e a maneira de sua aplicação.

04. Informar a respeito das obrigações dos colonos e de seus direitos para com o Estado, o Príncipe de Joinville e a Sociedade Colonizadora.

O "Observador" irá ainda:

05. Demonstrar a necessidade da formação de uma comuna.

06. Demonstrar a situação no futuro, caso perdurem as atuais condições.

07. Debater as condições entre empregadores e empregados e demonstrar porque seria mais vantajoso para a Colônia se fossem empregados apenas trabalhadores europeus.

08. Esclarecer assuntos como: escola, igreja, hospital, caridade e coletas.

O "Observador" irá ainda:

09. Divulgar os meios para melhor produção das diversas culturas agrícolas e esclarecer sobre a venda dos produtos e, finalmente

10. Coletar e publicar assuntos de interesse geral.

11. E para que o útil seja unido ao agradável, publicará anedotas e pilhérias sadias e miscelâneas, que lhe forem enviadas e

12. Anúncios.

Eia, pois! Participai da obra, com a vossa confiança. Distanciam-se de qualquer personalidade, ignorando quaisquer ninharias, o "Observador", ainda assim, apresentará muito assunto que será taxado como excelente para o coração e o lar..."

Atualmente não se sabe da existência de nenhum exemplar do "Observador às Margens do Rio Mathias" e pouco se conhece a respeito do encerramento das atividades jornalísticas do seu criador em Joinville.

De acordo com o Livro de Registro de Casamentos da Comunidade Evangélico-Lutherana de Joinville, Karl Konstantin Knüppel, filho de Karl Knüppel e Dorothea Knüppel, a 12 de julho de 1853, aos 36 anos, casou-se em Joinville com a

viúva Caroline Baring, nascida em Barbados, nas Pequenas Antilhas, em 1813.

Em 1861 transferiu-se com a esposa e a filha Mimi para São Paulo, onde lecionou na Escola Alemã e embora não se disponha de dados exatos quanto à sua permanência na Capital da Província de São Paulo, é certo que em 1866 ocupava o cargo de diretor daquele estabelecimento.

Em seguida, lecionou na Escola Alemã da cidade de Rio Claro. Mais tarde mudou-se para Botucatu, onde em 1880, fundou o "Colégio Benjamim Franklin" e onde veio a falecer a 18 de setembro de 1895, após anos de trabalho intenso e profícuo em estabelecimentos de ensino daquela cidade.

O jornalista Norbert Jacques em um trabalho intitulado "O Mestre-Escola Knüppel no Brasil", publicado em 1925 na revista alemã "Gartenlaube" faz um relato, não só das atividades de Knüppel como "mestre-escola", mas refere-se também a um trabalho literário do professor, uma história da Guerra Franco-Alemã de 1870-71, escrita em português e intitulada "Somente Sete Meses".

O manuscrito foi por Knüppel remetido ao Chanceler alemão von Bismarck, de quem era amigo desde a juventude, com ele mantendo sempre correspondência. O Príncipe von Bismarck respondeu ao amigo, em carta de próprio punho, prometendo publicar o trabalho em Portugal ou no Brasil, mas infelizmente a publicação não se concretizou, antes que, em Berlim, o Chanceler fosse destituído de suas funções.

O "Estado de São Paulo" em sua edição de 20 de fevereiro de 1955 publica um trabalho sob o título "A Propósito de um Retrato", no qual dedica palavras de profundo reconhecimento à obra de Karl K. Knüppel, a quem o Instituto Botucatu muito ficou devendo. Refere-se o artigo também ao trabalho literário do professor, sobre a Guerra Franco-Alemã e conta uma passagem - esta igualmente relatada por Norbert Jacques na "Gartenlaube" - que, assim como tantas outras, prova o humor invulgar de nosso jornalista pioneiro. Em certa ocasião, von Bismarck escreveu ao amigo em Botucatu, convidando-o a retornar para a Alemanha, onde estaria à sua disposição qualquer cargo a sua escolha - ao que o professor respondeu com agradecimentos, dizendo que preferia ficar com os seus "botucudos" - apelido carinhoso por ele dado aos botucatuenses - uma vez que o cargo que lhe interessava - o único - já estava sendo ocupado pelo amigo, o Príncipe von Bismarck, chanceler do "Reich" Alemão...

Em 21 de janeiro de 1888, o jornal "Reform", aqui editado em língua alemã durante os anos de 1887 a 89, publicou em sua secção "Literatura" o seguinte comentário: "Apenas Sete Meses" ou "De Paris a Berlim, 1870-1871".

É este o título de uma obra escrita em português pelo senhor Karl Konstantin Knüppel, em São Paulo.

O "Rio-Post" (Correio do Rio) se manifesta de maneira muito elogiosa a respeito da obra, que lhe foi remetida apenas como simples manuscrito. Não queremos deixar de chamar a atenção dos leitores, sobre a referida obra, sem mencionar que o autor é pessoa muito conhecida dos habitantes mais idosos de Joinville, pois residiu, durante vários anos, com sua esposa na propriedade do Sr. Kohn, no Caminho do Meio e exerceu durante algum tempo, as funções de escrivão da Subdelegacia local. Como pessoa de vastos conhecimentos e absoluta sinceridade, espirituoso e de humor borbulhante, tem o mérito de ter fundado o primeiro jornal em nossa Colônia.

"O Observador às Margens do Rio Mathias" - era este o nome de um semanário, redigido pelo Sr. Knüppel e distribuído, numa edição de 50 exemplares, ao preço de 320 réis, aos assinantes locais. Como não houvesse, na cidade de Joinville - então chamada "Schroedersort" (Lugarejo de Schroeder) - nem impressora e nem copiadora, o redator se submetia ao fatigante trabalho de copiar ou mandar copiar cada exemplar 50 vezes. Portanto, o preço de 320 réis por cada exemplar não era elevado demais. O jornal se ocupava exclusivamente com notícias locais e a política da Colônia. Com relação ao futuro de nossa Colônia, então ainda em formação, manifestava um pessimismo extremo e flagelava com sarcasmo pungente os muitos desacertos, na época perpetrados pela Direção da Colônia. As suas investidas, sobretudo dirigidas contra a Sociedade Colonizadora de 1848 e os "fabricantes" de cartas fingidas e relatos mentirosos, eram porém redigidos de forma tão humorística e deleitável que não chegavam a irritar, mas tão somente mexiam com o diafragma dos leitores.

Infelizmente não mais existe, conforme supomos, nenhum exemplar daquele primeiro jornal alemão no Brasil. Caso estas observações cheguem ao conhecimento do sr. redator, nós lhe ficaríamos imensamente gratos, se nos pudesse remeter alguns exemplares de seu jornal. Mesmo que o papel já esteja amarelado, o conteúdo jamais perderá o seu valor!

A resposta ao artigo no "Reform" não se fez esperar.

Com data de 9 de fevereiro daquele ano, o destinatário escreveu a mensagem abaixo, publicada na edição de 29 de fevereiro do "Reform":

"Botucatu, 9 de fevereiro de 1888.

Prezado Senhor Redator do "Reform" de Joinville:

O Sr. H. C. Bolle, seu colega do "Rio Post" no Rio de Janeiro, teve a bondade de me remeter o número 46, de 31 de janeiro, na qual encontrei, para a mais grata surpresa minha, as suas interessantes considerações a respeito de Karl Konstantin Knüppel. Não existe, efetivamente, nada mais interessante no mundo - nem mesmo para o mortal mais sábio e mais humilde - do que ler algo a respeito de sua pessoa.

Eu sou, realmente, aquele Knüppel - e como tal fazendo a minha mais profunda e maneirosa reverência, eu o saúdo mui cordialmente, aperto espiritualmente a sua mão e me recomendo encarecidamente a sua benevolência.

O "Observador às Margens do Rio Mathias" foi produto de um momento e de um capricho e se ali, de quando em quando, soava um tom mais sério, quase pessimista, em seu todo ele era tão leve, tão etéreo e desprendido, como as folhas do velho jequitibá, chamado "carvalho do sr. Voss", a cujo sombra ele - o "Observador", evidentemente - foi redigido. Pessimista - àquela altura - era quase todo o mundo e isto com boas razões. Livres de pessimismo e excetuados somente ficavam os senhores da Direção e da caixa, com os mirmidones, assim como - as ratazanas na floresta. Os primeiros "faziam das suas" com toda a calma e, como sempre, de cima. Os últimos roiam buracos nos flancos da caixa forte e devoravam, em uma só noite, 20:000$000 réis em notas do sr. Eduardo Schroeder, sobrinho do velho Mathias. Verídico! Mais tarde, foram estripadas as barrigas de alguns exemplares, mortos de indigestão e ali encontrados grandes quantidades de notas de 10$000 e 20$000 - fato esse que então causou profunda e melancólica sensação...

As folhas do velho carvalho foram todas levadas pelo vento e o "Observador" deve ter voado com elas - assim como o sr. Voss e o seu carvalho gigantesco - ah! E tanta coisa bela e deliciosa... tanta..

Eu próprio dava pouco valor ao meu "opus". O preço de cada exemplar do "Observador" não era 320 réis e sim apenas 120 réis, dos quais o copiador recebia 80 e o redator 40 réis. Era difícil conseguir copiadores. Entre os meus escreventes achavam-se o sr. Geissler (músico) chamado Dr. Mozart, Mantei, e o Barão von Bredow. Todos desaparecidos! A maior parte, eu próprio copiava - trabalho bastante cansativo e enjoativo, devido à repetição sem fim das piadas e das anedotas. Outras pessoas, ao contrário - o apreciavam muito mais. Chegava-se literalmente a brigar pelo borrão. Ria-se muito, ria-se gostosamente e é o que me dava satisfação, pois era essa a minha finalidade.

Jamais pensei em colecionar as folhas soltas e tampouco pensava no futuro. Mas sei que alguns dos contemporâneos o fizeram. Com toda a certeza os senhores da Direção - pois, quem é que pode contra o amor? Um exemplar ia regularmente para o velho sr. Senador Schroeder, que, segundo consta, não apenas gargalhava durante a leitura, mas quase morria de tanto rir. Que Deus o salve! Caso aqueles excelentes senhores, à testa da Colônia, não tenham colocado o "Observador" na pedra fundamental de alguma de suas construções ciclópicas, por piedade exagerada ou então o tenham usado para outras necessidades, o mesmo ainda deverá se encontrar nos arquivos da Direção da Colônia. Caso o sr. tenha livre acesso ali, a

pretensão de encontrá-lo poderá, quem sabe, ser concretizada - de outro modo será difícil.

Entre os colecionadores restantes, posso lhe indicar apenas um: o sr. Karl Palm, sogro de meu caro amigo e compadre Ulrich Ulrichsen, aos quais envio milhares de saudações. Informe-se com eles. Em último caso, restaria ainda a tentativa de anunciar nos jornais.

Dos meus companheiros daquele tempo tão longínquo, muitos já devem estar descansando em paz, enquanto os sobreviventes - que Deus os abençôe! ainda se recordam carinhosamente de mim, conforme estou verificando, pois somente eles, sr. Redator, poderiam lhe ter dado as informações para o seu artigo - quase legendário - em seu jornal, a meu respeito. Também eu me recordo dos meus companheiros de outrora, com imenso carinho e profunda saudade. É sobretudo durante as longas noites que eu, torturado pela terrível gota, quase sempre passo em claro, que surgem e ressurgem ante os meus olhos, as imagens multicoloridas das nossas alegres incursões na floresta virgem. Faço-as desfilar, essas figuras joviais e reluzentes do passado, os vultos e as cenas cambiantes, em parada melancólica e alegre, como fantasmagorias sobre parede negra. Assim revivo, sempre e sempre, como gente amiga, a fase maravilhosa - e tão breve - da juventude. É nesse gozo, que se transfigura e rejuvenece o velho Knüppel. As dores cedem, as noites se iluminam. Ele gostaria de rejubilar, gostaria de desabrochar e lançar novos brotos! Pois se a recordação da juventude é o paraíso da velhice - o paraíso, cujo arcanjo, a morte - muitas vezes ansiosamente esperada, enfim se aproxima, apaga as luzes, segura o velhote exausto pela mão e o leva consigo - assim como o vento tardio de outono levava outrora as folhas murchas do carvalho do sr. Voss, no vale do Caminho do Meio...

Sussura aqui... estertora ali - e o resto é silêncio.

E é por esta lengalenga sem fim, que não pára, enquanto tudo em redor não estiver dormindo ou então a folha de papel tiver chegado ao fim - que eu me convenço de que envelheci.

Para finalizar, receba as minhas calorosas recomendações, minhas saudações mais cordiais e meus melhores agradecimentos pelas palavras tão benevolentes a meu respeito, bem como os protestos da mais alta estima e consideração.

Seu devoto amigo e criado

C. Knüppel."

E aqui termina o depoimento do nosso jornalista "porrete" - a mensagem surpreendente sob vários aspectos, que neste espaço não poderão ser analisados.

Para melhor compreensão das contundentes observações sobre os "ratos" atuantes na Colônia Dona Francisca, citaremos apenas um trecho da preciosíssima obra, editada em 1853, "Die Colonie Dona Francisca in Sued-Brasilen", de autoria do Comandante Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, que aqui passou um ano, a partir de agosto de 1851.

Diz o autor à página 130, no capítulo referente à situação moral na Colônia: "Existe um velho ditado: "toda manada tem as suas ovelhas moncosas". Assim, não é de se estranhar, por certo, que entre as muitas pessoas honestas na Colônia, também existem sujeitos execráveis e isto em número crescente, na medida em que vai aumentando o número de colonos. Antigamente costumava-se, em projetos de colonização no Brasil, esvaziar as prisões na Suíça, para encher com tais indivíduos as colônias no Brasil. Talvez seja até deplorável, que isto não se faça de um modo geral, aberta e livremente - com determinadas restrições. Com tal método, seria prestado um grande serviço à Europa, ao Brasil e aos criminosos. Só que, neste caso, toda a estrutura de uma tal colônia deveria estar condizente. A mesclagem de pessoas honestas e criminosas não leva a nenhum bom resultado. Os primeiros se sentem ofendidos pela companhia que se lhes impõe. Os segundos, acabrunhados e talvez já arrependidos e envergonhados, quando se lhes lembra os acontecimentos do passado. Infelizmente houve, bem no início da Colônia, uma tal mesclagem secreta de pessoas honestas e indivíduos suspeitos. A direção da Colônia foi, de certo modo, burlada pelas autoridades suíças, que forneciam atestados de boa conduta a certos sujeitos, enquanto mais tarde alertaram a respeito deste ou daquele, que deveria ser vigiado - um por assalto praticado, outro por fabricação de moedas falsas e assim por diante..."

E o resto é silêncio...

MATRIMÔNIOS INTERÉTNICOS DE JOINVILLE

ANTÔNIO ROBERTO NASCIMENTO*

Cremos que nenhum estudo percuciente ainda foi efetuado sobre os casamentos interétnicos nas zonas de colonização não ibérica, nomeadamente em Santa Catarina, tirante um que outro caso dos fastos genealógicos.

Pretendemos fornecer pequena demonstração do que ocorreu em Joinville, região de contacto entre luso-brasileiros, africanos e outros representantes de grupos étnicos bem definidos com os imigrantes suíços, alemães e suecos, sem procurarmos, no entanto, a exaustão do tema, até mesmo porque imane de complexidades sócio-culturais.

Iniciemos por Agostinho Carlos Tobler, casado com Umbelina Maria da Graça, com quem teve o filho Antônio, batizado aos 14.8.1893, em Joinville, quando ambos são dados como moradores no Cubatão Grande, esclarecendo que tal registro foi encontrado nos assentos da Catedral de Joinville, freguesia de São Francisco Xavier, de onde, aliás, são excertos os demais exemplos. Dito Agostinho era filho de João Jacob Tobler, natural da Suíça e morador no Gibraltar, topônimo que memora a colônia hispânica de São Francisco do Sul, antes do povoamento definitivo; que teve, com Maria Gonçalves de Assunção, filha de Fermiano Gonçalves de Assução e de Isabel Maria de Jesus, o filho natural Cristiano, batizado aos 17.2.1883, nascido aos 24.7.1882, tendo por padrinhos Manoel Gonçalves Baptista e Quintiliana Maria. Cristiano Tobler tinha 23 anos de idade aos 2.11.1904, quando casou com Ana Paulista da Costa, de 20 anos, filha de Francisco Budal da Costa e de Baldoína Maria de Jesus, quando seu pai,João Jacob Tobler, ja era finado e, demais disso, dá-se como sendo o nubente "filho legitimado" de Maria Gonçalves. Aos 31.8.1901, casou Manoel Tobler, legitimado por subseqüente casamento de seus pais João Jacob Tobler e Maria Gonçalves de Assunção, de 25 anos, morador nos Barrancos, com Emilia Winderlmeier, filha de Gaspar Windelmeier e de Maria Vollmann.

---

* *Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia.* *O Artigo é resultado da pesquisa realizada na Mitra Diocesana de Joinville, junto aos registros eclesiásticos (1771-1904) durante o ano de 1993.*

Aos 8.3.1886, casou Francisco Alves, de 25 anos, filho de Alexandrina Alves, com Ana Maria Tobler, de 26 anos, filha legítima de João Jacob Tobler e de Catarina Fischer, então já finada. E, por fim, aos 27.8.1887, João Jacob Tobler Jr., de 64 anos, já viúvo de Catarina Fischer, natural de Schoenegrund, Cantão de Appenzell, Suíça, filho de pai de igual nome e de Catarina Büdler, casa com Maria Gonçalves, de 30 anos, filha de Fermiano Gonçalves de Ascensão e de Isabel Maria de Jesus, quando é dado como morador "no lugar denominado Barranco"(sic).

É bem de ressaltar que nossa pesquisa se restringiu aos assentos católicos de Joinville, razão por que nem poderíamos exaurir o tema, cujas extremas repercussões sociais são manifestas.

O caso mais significativo de casamento interétnico parece ser o do irmão do Padre Carlos Boegerhausen (q. v. biografia, na Rev. Blumenau em Cadernos, t. XXXIV, n. 9), Francisco Luiz Augusto Boegerhausen, natural de Jerstedt, Reino de Hannover, e morador em Guaratuba, casado com a francisquense Maria Francisca de Oliveira, filha de Antônio Joaquim Fagundes dos Reis e de Maria Joaquina de Oliveira, em Joinville, aos 9.2.1870. Sua mulher era irmã germana de Rita Maria de Jesus, casada em São Francisco do Sul, aos 11.9.1858 (Livro nº 7 de batismos da Matriz de N. Sª da Graça), com Martinho José da Costa, batizado aos 21 de dezembro de 1832 (Livro nº 8 de batismos da Matriz cit.), filho de José da Costa Budal e de Maria Rita Cidral, neto paterno de João da Costa Budal e de Ana Maria da Costa, francisquenses, e materno de Antônio José da Costa Cidral e de Rosa Antônia Gonçalves, ele, o avô materno, descendente do luso Antônio da Costa Cidral, natural da Vila do Conde, Província do Minho. Martinho José da Costa e Rita Maria de Jesus moravam em Joinville, conforme o batismo da filha Luzia, aos 15.4.1865, tendo por padrinhos Mariano Fagundes de Oliveira e Maria da Conceição, filha solteira de Antônio Joaquim Fagundes. Francisco Boegerhausen e Maria Francisca de Oliveira moravam no Rio de Pai Paulo, distrito de São Luiz de Guaratuba, de acordo com o batismo do filho Carlos, aos 2.5.1871, "que já havia sido batizado em casa por seu avô Antônio Joaquim Fagundes", tendo por padrinhos o Vigário Carlos Boegerhausen e Isabel Cristina de Oliveira. Dito Carlos era irmão gêmeo de Alberto, também batizado na sobredita data, quando os avós paternos são dados como Francisco Boegerhausen e Madalena Günther. O irmão do Pe. Carlos e sua mulher Maria Francisca de Oliveira também tiveram o filho Francisco, batizado em Joinville, aos 10.3.1878. Maria Olímpia Boegerhausen, filha deles e, portanto, sobrinha paterna do Pe. Carlos, morava em Joinville, onde foi casada com Alexandre José Gonçalves, segundo o batismo do filho Nestor, aos 3.1.1896, nascido aos

8.9.1895, tendo por padrinhos Mário Lobo e D. Alexina Lobo, representada por D. Waltrudes da Cruz Coutinho. Francisco Luiz Augusto Boegerhausen (q. v. Joaquim da Silva Mafra, História do Município de Guaratuba, Curitiba, 1952, pp. 98 e ss.) exerceu cargo importante em Guaratuba no ano de 1884, sendo pai de Luiz Gustavo Boegerhausen, com 30 anos aos 14.4.1909, em Joinville, quando casou com Maria Fagundes de Oliveira, de 31 anos, filha de João Fagundes de Oliveira e de Antônia de Oliveira, anotando-se - "os noivos são primos e foram dispensados por provisão episcopal"(sic).

Caso interessante é o de Carlos Germano Pabst, luterano, natural da Saxônia, filho de A. Pabst e de M. F. Schlösser, casado em Joinville, aos 19.11.1858, com Adelaida Soares da Silva, católica, natural do Rio Grande do Sul, filha natural de Bernardo Soares Gomes e de Maria Moreira da Silva, com quem teve a filha Frederica, batizada aos 2.2.1866, nascida aos 6.11.1863, quando os avós paternos são dados como Augusto Pabst e Frederica Schlösser, e o filho Othon, batizado na mesma data, mas nascido aos 24.2.1864. Carl Pabst, segundo o relato de Rodowicz (q. v. FICKER, Hist. de Joinville, 1965, p. 105), era funcionário da Colônia D. Francisca, em fins de 1851, quando trabalhava com o Engº Banholzer. Bernardo Soares Gomes, sogro dele, invadira as terras da sesmaria de Antônio de Oliveira Cercal, vendidas ao Princípe de Joinville, representado por Frederico Bruestlein, do Partido Conservador, sendo despojado dessa posse em 1873 (ob. cit., p. 144). Carl Pabst, em 1855, explorou as terras férteis acima do litoral, nos planaltos da Província do Paraná, e, ato contínuo, apresentou relatório à Direção da Colônia D. Francisca, o que rendeu ensejo a migração de muitos colonos (ob. cit., p. 174). Uma Olga Pabst foi a segunda mulher de Henrique Wanke Júnior, com quem teve a filha Liselotte, professora, casada com Nedi de Melo, em Sobradinho no Rio Grande do Sul (q. v. Famílias Brasileiras de Origem Germânica, col. de Eno Theodo Wanke, t. II, p. 379, S. Paulo, Ed. do Inst. "Hans Staden"). Cornélia Pabst casou com Jovino Bussmann, com quem teve o filho Atílio Waldemar Bussmann, nascido aos 29.12.1909, em Rio Negro, mais Cornélio Herald, Vítor Bussmann e Odilon Bussmann, também nascidos em Rio Negro (ob. cit., pp. 150-151). Uma Amanda Pabst foi casada com Francisco Mielcke (ob. cit., p. 198), com quem teve filhos nascidos em Jaraguá do Sul(SC), Campo do Tenente(PR) e Canoinhas(SC). Há menção, outrossim, de Helena Pabst e de Hedwige Pabst (ob. cit., p. 205).

Carlos Germano Pabst e Adelaida Soares da Silva também tiveram o filho Carlos, batizado aos 4.11.1861, em Joinville, nascido aos dois de junho daquele ano, tendo por padrinhos Theodoro Wedekin e sua mulher Carolina Doin. O casal teve, outrossim, o filho Bernardo, nascido

em Joinville, aos 24.12.1867, e batizado aos 17.4.1868, tendo por padrinhos Bernardo Soares Gomes e Elisa Stamm, ele, o pai de Adelaida. Dito Bernardo Soares Gomes, filho de pai de igual nome e de Ana Gomes Cordía, foi casado com Ana Elisa Stamm, filha de João Stamm e de Elisa Stamm, de acordo com o batismo da filha Leopoldina, aos 13.2.1868, tendo por padrinhos Manoel Soares Gomes, representado por Antônio Augusto Ribeiro, e Leopoldina Adelaide de Sousa Sousa Coutinho, representada por Cesarina Eugênia Machado. Aos 5.8.1877, foi batizada Leopoldina Francisca Joana, filha natural de Adelaide Soares, mulher de Carlos Germano Pabst, "de pai incógnito"(sic).

Aos 2.8.1875, também em Joinville, foi batizada Idalina, com cinco meses de idade, filha adulterina de Adelaide, mulher casada com Carlos Germano Pabst, "ausente há alguns anos", tendo por padrinhos Agostinho Francisco Moreira e sua mulher Rita Maria da Conceição. Dito Agostinho Francisco Moreira é um dos raros casos de suicida na região. O que se presume é que Carlos Germano Pabst, a esse tempo, já teria deixado a Colônia D. Francisca, depois Joinville, lá abandonando sua mulher Adelaide Soares Gomes, seja levando os filhos com ele, seja deixando-os com ela, o que nos parece mais provável. Desconhecemos o destino que tomou.

Registra-se, ainda, que Bernardo Soares Gomes Jr. e D. Ana Elisa - ou Emília ? - Stamm foram pais de D. Anita Soares Correia de Oliveira, casada, a seu tempo, com o Bel. Manoel da Silva Correia de Oliveira, filho do Major José Correia de Andrade Jr. e de D. Cândida Emília da Silva Correia, consoante o batismo do neto Eudaliceu em São Francisco do Sul, aos 6.2.1897, nascido aos 4.12.1896, tendo por padrinhos o avô paterno, representado por seu procurador, o Dr. Luiz Antônio Ferreira Gualberto, e a avó materna.

Outro caso interessante de matrimônio interétnico foi o de Ettore Guindani, natural de Cremona, Itália, casado em Joinville, três anos após sua fundação, ou seja, aos 8.11.1854, com Cristina, "batizada nesta paróquia, por ministro protestante", sem se mencionar seu apelido de família, nem o nome dos pais e tampouco outras notícias posteriores. Cremos que seguiram para outra colônia.

Típico casamento entre luso-brasileiros e imigrantes não ibéricos foi o Manoel Gonçalves da Maia, natural de Joinville, filho de Graciano José Gonçalves e de Ana Gonçalves, aos 7.6.1880, com Adelaide Luiza Conrad, ou Conod, natural de São Francisco do Sul, filha de David José Conrad, ou Conod, então já finado, e de Maria Magdalena Roulet. O pai da nubente, em 1779, mais ou menos, era o eleitor nº. 788, do 8º quarteirão de São Francisco do Sul, quando tinha 47 anos e era empregado público. Graciano José Gonçalves, o pai do noivo, morava no Bairro do Boa Vista. Adelaide era irmã inteira Arnaldo José

Conod, ou Conrad, casado em Joinville, aos 17.7.1886, com Joaquina Gonçalves, filha de Graciano José Gonçalves e de Ana Gonçalves da Maia, o que reforçava as relações de parentesco entre as duas famílias de grupos étnicos diferentes. Graciano José Gonçalves era filho de Fabiano José Gonçalves e de Maria Francisca Soares, enquanto que Ana Gonçalves o era de Florêncio Gonçalves da Maia e de Teodora Afonso Moreira, dos mais antigos povoadores da região, conforme o batismo do filho Manoel, aos 17.4.1863, tendo por padrinhos Joaquim Afonso de Oliveira e Felisbina Gonçalves. Fabiano Gonçalves da Maia, ou Fabiano José Gonçalves, e sua mulher Maria Francisca Moreira foram pais, outrossim, de Serafim Gonçalves da Maia, morto em 1866, com apenas vinte anos, casado com Adelaide Maria Boclet, filha de Pedro Ambrósio Boclet e de Maria Felícia Labayole, de acordo com o batismo do filho Belarmino, aos 11.11.1865, em Joinville. Talvez parentes desses Maia fosse o Leandro Gonçalves da Maia, filho de Joaquim Gonçalves da Maia e de Ana Maria da Silva, casado em Joinville, em 21.7.1883, quanto tinha 24 anos, com Catarina Bauer, natural de Petlarn, Bezirk Dachau, Comitat Eger, Boêmia, filha de Jorge Bauer e de Margarida Scheinkoenig, então já finados. David José Conod e de Maria Madalena Conod, ou Conrad, como se viu, foram pais, igualmente, de Ana Maria Conod, natural de São Francisco do Sul, moradora em Joinville, onde casou, aos 24.8.1882, com Joaquim Antônio Cardoso, natural de Morretes(PR), filho natural de Manoel Antônio Cardoso e de Isabel Maria das Neves. David José Conod, ou Conrad, e sua mulher Maria Madalena Roulet também tiveram a filha Cecília Isabel Conod, de 15 anos de idade aos 17.7.1886, em Joinville, quando casou, com João Budal Arins, filho natural de Bento Budal Arins e de Maria Francisca da Silva. João Gonçalves da Maia, com 27 anos, viúvo de Maria Gonçalves de Jesus, filho de Fabiano José Gonçalves e de Maria Francisca Moreira, ou Soares, casou em Joinville, de roda de julho de 1886, com Júlia Alves da Maia, filha de Victorino Alves da Maia, então já finado, e de Maria Antônia Budal, neta paterna de Luiz Alves da Maia e de Maria Cidral, esta descendente de Antônio da Costa Cidral, o velho, natural da Vila do Conde, Província do Minho, e materna de Cristino Afonso Moreira e de Antônia Budal, Arnoldo José David Conod, morador no Saguaçu, e Joaquina Gonçalves da Maia, sua mulher, tiveram o filho Antônio, batizado em Joinville, aos 7.11.1884. Os susoditos Fabiano Gonçalves da Maia e Maria Francisca Moreira tiveram, outrossim, o filho Joaquim José Gonçalves, casado com Maria Rosa, filha de Antônio Fagundes dos Reis e de Ana Maria da Conceição, segundo o batismo do filho Anastácio, aos 8.8.1869, Fabiano José Gonçalves e Ana Clara de Jesus - primeira

mulher? - tiveram o filho Francisco José Gonçalves, natural de Guaratuba e viúvo, antes de 12.2.1878, quando casou, em Joinville, com Maria Balbina, filha "ilegítima" de Hipólito Alexandre Dias e de Ana Maria de Oliveira. João Gonçalves da Maia (v. supra), o filho de Fabiano José da Maia e de Maria Soares, foi primeiramente casado com Maria Rita da Conceição, filha de Manoel Gonçalves Bairros, descendente do luso desse apelido, e de Ana Cidral, cujo antepassado também já foi indicado, de acordo com o batismo da filha Alexandrina, aos 17.5.1859, tendo por padrinhos José Joaquim da Silva e Maria Joaquina de Jesus.

Serafim Gonçalves da Maia, natural de Guaratuba e filho de Fabiano José da Maia e de Maria Francisca Moreira, casou em Joinville, aos 14.9.1864, com Maria Adelaid Felícia Boclet, natural de Beauchamp, Cantão de Gamach, na França, filha de Pedro Ambrósio Boclet e de Maria Felícia Labayole. Vê-se, pois, que o dito Fabiano José da Maia era de Guaratuba, tendo ido para a Colônia D. Francisca, logo após sua fundação. João Manoel da Silva, também grafado João Gonçalves da Maia, filho do dito Fabiano Gonçalves da Maia e de Maria Francisca de Cristo, teve, de seu primeiro leito, com Maria Rita do Nascimento, francisquense, filha de Manoel Gonçalves Bairros (v. supra) e de Ana Joaquina de Jesus, o filho João, batizado aos 7.8.1863, tendo por padrinhos Joaquim José Gonçalves e Felisbina Gonçalves. Fabiano José Gonçalves e Maria Francisca Soares tiveram, igualmente, o filho Graciano José Gonçalves, morador no Boa Vista, em Joinville, onde foi casado com Ana Gonçalves, filha de Florêncio Gonçalves da Maia e de Teodora Afonso "Tonda", consoante o batismo do filho Manoel, aos 7.4.1863, tendo por padrinhos Joaquim Afonso de Oliveira e de Felisbina Gonçalves. Manoel Antônio Gonçalves, natural de Curitiba, mas batizado em São Francisco do Sul, com 31 anos de idade, viúvo por óbito de sua segunda mulher Ana Gonçalves, filho de Fabiano José Gonçalves e de Maria Francisca Moreira, casou em Joinville, aos 25.9.1886, com Agostinha Gonçalves, de 17 anos, natural da Colônia D. Francisca, filha de Graciano José Gonçalves da Maia e de Ana Gonçalves da Conceição, que moraram na Vila do Parati também, onde batizaram a filha Carolina, aos 17.1.1861. O sobredito Graciano Gonçalves, morador no Boa Vista, filho de Fabiano Gonçalves e de Maria Francisca Moreira, teve, com Ana Gonçalves, filha de Florêncio Gonçalves da Maia e de Teodora Maria Afonso, esta filha de Manoel Afonso Moreira e de Maria de Oliveira Camacho, a filha Maria, batizada em 1°.3.1859, tendo por padrinhos Felício do Amaral e Maria Joaquina. O sobredito Arnoldo José Conod, morador no Boa Vista em Joinville, e sua mulher Maria Gonçalves da Maia também tiveram a filha Maria, batizada em 1°.9.1894,

tendo por padrinhos Leopoldo José Conod (ou Conrad) e sua mulher Josefa Antônia de Sousa. Um criança do sexo feminino, nascida morta, teve obituário de 28.1.1895 e era filha de Joaquim Antônio Cardoso e de Ana Conod, moradores na Estrada da Cruz, em Joinville.

Júlio Davet, nascido na Suíça e morador na Estrada D. Francisca, ou Estrada da Serra, filho de Francisco Davet, ou François Davet, e de Maria Richau, foi casado com Josefina Maria Nunes, filha de André Nunes da Silva e de Maria Genoveva da Conceição, segundo o batismo da filha Ana, aos 31.5.1883, tendo por padrinhos Agostinho Nunes da Silveira e sua mulher Joaquina Gomes da Silveira, bem como o da filha Rosa, aos 8.11.1887, ambos em Joinville. No batismo da filha Amélia, aos oito de dezembro de 1879, casada aos 10.8.1910 (nota à margem do batismo), padrinhos foram José Davet e Agostinha Nunes da Silveira. O casal teve, outrossim, o filho Juvêncio, batizado aos 28.2.1881. Esses Nunes da Silveira foram descendentes de açoritas que vieram para as Três Barras, reforçar seu povoamento, quiçá por inspiração política, uma vez que os antigos povoadores provinham, via de regra, da então Província de São Paulo, de que se apartou a do Paraná. Assim é que Joana, filha de Martinho Nunes da Silveira, com 75 anos em 1870 (Arq. jud. de S. Francisco do Sul), e de Ana Maria de Oliveira, ambos naturais da freguesia de N. Sª. da Conceição da "Alagoa" da Ilha de Santa Catarina, neta paterna de José Nunes da Silveira, natural da Ilha de São Jorge, e de Ignácia Maria de Assunção, natural do Desterro, e materna de Manoel Gonçalves de Oliveira, também natural da Ilha de São Jorge, nos Açores, e de Ana Maria, natural da freguesia da Lagoa de N. Sª da Conceição da Ilha de Santa Catarina, foi batizada, aos 21.5.1831 (Livro nº. 8 da Matriz de N. Sª. da Graça), pelo Rev. Frei José Maria da Silva, tendo por padrinho o Vigário Marcelino José Silveira, talvez parente dessa família. Andre Nunes da Silveira era filho de Luiz Nunes da Silveira e de uma de suas duas mulheres, Ana Joaquina de Jesus, a primeira, e Clemência Rosa de Jesus, segundo os batismos dos filhos Bernardino, aos 22.8.1850 (Livro nº. 10 da Matriz cit.), tendo por padrinho o Ten.-Cel. João Francisco Barreto, com a invocação de N. Sª. das Dores, e Amélia, aos 31.12.1862, nascida aos 18 de março daquele ano, filha do referido André Nunes da Silveira, tendo por padrinhos Gaspar Gonçalves de Araújo Jr. e sua mulher, sendo que sua mulher Maria Genoveva da Silva é dada, em tal batismo, como filha de Firmino José da Silva e de Genoveva Rosa da Silva, naturais da Ilha de Santa Catarina. François Davet morreu em Joinville, aos 8.10.1887, com a idade de 68 anos, ainda casado com Maria Richau, estrangeiro, natural do Cantão de Friburgo da Suíça, de atrofia do fígado, lavrador na Estrada D. Francisca, Júlio Davet e Josefina

Nunes da Silveira tiveram o filho Juvêncio Davet, católico aos 14.11.1909, quando casou com a protestante Paulina Erzinger, de 21 anos, filha de Friedrich Erzinger e de Elisa Erzinger, nata Bornig.

Teodoro Wedekin, católico, natural de Hildesheim, filho de André Wedekin e de Madalena Triepel, casado embora, em primeiras núpcias, com a luterana Henriqueta Schundeidt, natural de Plau, Grã Ducado de Mecklenburg, Schueerim, filha de João Jorge Schunveidt e de Maria Danehl, casa, em segundo leito (Livro nº. 7 da Matriz de N. Sª. da Graça), com Carolina Doin, filha de Henrique Doin (q. v. Blumenau em Cadernos, t. XXXIII, janeiro de 1992, nº. 1, p.2), "francês de nação", e de Ana Maria Wanner, filha de franceses, consoante o batismo do filho Henrique, aos 2.4.1863, nascido aos 21.11.1862, tendo por padrinhos Henrique Doin e D. Maria Bacelar, representada por D. Jenny Engelke. Com Sofia Wüstemberg, talvez a terceira mulher, o sobredito Teodoro Wedekin teve a filha Olga Wedekin, com 15 anos de idade aos 22 de janeiro de 1900, quando casou com Henrique Gonçalves Correia, filha do primeiro tabelião de Joinville Salvador Gonçalves Correia (q. v. Blumenau em Cadernos, t. XXXI, julho de 1990, nº. 7, p. 94) e de Francisca Úrsula de Jesus, tendo o nubente 25 anos de idade então.

Guilherme Maul, natural do Grão Ducado de Hessen, Darmstadt, morador na Estrada da Serra, filho de Martinho Maul e de Sofia Bohn, foi casado com Virgínia Maria Pereira, filha de João Antônio Pereira e de Maria Luiza de Oliveira, de acordo com o batismo do filho Martinho, aos 9.9.1879, bem como o de Maria, aos 24.4.1881, quando sua mulher é dada como natural de S. Francisco do Sul, tendo por padrinhos João Antônio Pereira e Sofia Bohn. Martinho Maul, também morador na Estrada da Serra, era filho de Paulo Maul e de Margarida Schowenberg, enquando que sua mulher, Sofia Bohn, era-no de Nicolau Bohn e de Margarida Gansk, de acordo com o batismo do filho Joaquim, aos 2.4.1868, que teve por padrinhos Joaquim Pinto de Oliveira Ribas e Rosália Cristian Margarida Spautz.

Um Antônio Alves Correia, casado com Maria Hermann, teve a filha Andreza, batizada aos 29.7.1863, em Joinville, dos quais não temos outras notícias.

Racistas muitos imigrantes não ibéricos nunca o foram, consoante se vê no matrimônio de Salvador Antônio Moreira, de 26 anos, operário, filho natural de Joaquina, escrava de Isabel Antônia Moreira aos 18.10.1884, com Heduvirges Groesner, de 25 anos, jornaleira, nascida aos 25.10.1863, em Feschbach, Silésia, filha de Alberto Goessner e de Alvina Elisabeth Gischoff.

EMPOSSADO O GRUPO TÉCNICO-CIENTÍFICO DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

No dia 03 de julho de 1995 foi empossado o Grupo Técnico-Científico do AHJ pela Presidente da Fundação Cultural de Joinville, professora Zelândia Ramos dos Anjos.

Motivada pelo êxito de experiências semelhantes em museus nacionais, a direção do AHJ pretende, com o GTC, conferir maior visibilidade à preservação do patrimônio arquivístico da cidade.

O GTC é composto por cientistas, professores e técnicos de diversas áreas do conhecimento e o seu objetivo principal é subsidiar, através de discussões e pareceres, projetos do AHJ, especialmente aqueles voltados à organização do acervo e à articulação da instituição com instituições educacionais.

Integram o Grupo as historiadoras Raquel S. Thiago, Sandra P. L. C. Guedes, Iara Andrade Costa, o geógrafo Paulo Unger, a bibliotecária Maria Nazaré Fabel, o advogado Antônio Nascimento e a literata Sueli Cagneti. A diretora Ilanil Coelho e as funcionárias Terezinha Fernandes da Rosa e Dietlinde Clara Rothert representam o corpo técnico do AHJ.

CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO NO ARQUIVO

Fruto de intercâmbio com o Arquivo Histórico "José Ferreira da Silva", de Blumenau, foi programado para o segundo semestre de 1995, através de quatro módulos, o curso "Introdução à Arquivologia" a ser ministrado pelas professoras Sueli M. V. Petry e Cristina Ferreira.

Visando igualmente o aprimoramento técnico da equipe do AHJ, foi programado para agosto a realização do curso "Indexação de Periódicos", a ser ministrado pela diretora da Biblioteca Pública Municipal de Joinville, a Sra. Maria Nazaré Fabel.

A funcionária Norma Rathunde participou de 26 a 30 de junho de 1995, em Laguna e Florianópolis, da Oficina "Introdução à Preservação e Conservação Fotográfica", sob a coordenação das professoras, Sandra Baruki e Ana Saramago do Centro de Conservação Fotográfica - Rio de Janeiro. O Curso proporcionou atualização de conhecimentos na área de restauração e conservação fotográfica, além de ter sido uma ótima oportunidade para troca de experiências entre os técnicos que atuam em instituições de todo o país.

REGIMENTO POSSIBILITARÁ MELHORIA ADMINISTRATIVA

Está sendo promovido um amplo redimensionamento administrativo-funcional da Fundação Cultural de Joinville, constituindo de início a elaboração de um projeto de lei, do estatuto e regimento geral, através de uma Comissão de Estudos. A legislação é pertinente ao funcionamento das unidades ligadas à Fundação, dentre as quais o Arquivo Histórico de Joinville.

A introdução de um Regimento Interno do Arquivo Histórico de Joinville, respaldado em legislação moderna, possibilitará maior dinamismo às atividades técnico-científicas, criará dispositivos administrativos compatíveis com a qualidade de serviço público exigida pelos dias atuais, bem como, criará um quadro de lotação de funcionários especializados com atribuições de deveres e direitos.

FÓRUM TRANSFERIRÁ DOCUMENTAÇÃO

No dia 23/06/95, a presidente da Fundação Cultural de Joinville, prof.ª Zelândia Ramos dos Anjos, acompanhada pela diretora do AHJ, Ilanil Coelho, visitou o Dr. Rui Pedro Schneider, juiz e diretor do FÓRUM. Na oportunidade foi discutido o plano de transferência do lote documental da 3a. Vara Cível. Além desse assunto, foi discutida a possibilidade de transferência de fundos documentais de Tabelionatos de Joinville para o Arquivo, em Regime de Guarda. A idéia foi apoiada pelo juiz que, compreendendo a importância de tal documentação, propôs um encaminhamento oficial. Logo após a visita, a direção do AHJ levou a proposta de transferência para o 1° Tabelionato Rodrigo Lobo. Caso se concretize a transferência, os pesquisadores terão à disposição mais uma importante fonte documental composta de livros cartorários dos séculos XIX e XX.

EXPOSIÇÃO "EMIGRAÇÃO, NAVEGAR FOI PRECISO!"

ABRE PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES DO AHJ NO SEGUNDO SEMESTRE

A exposição "EMIGRAÇÃO, NAVEGAR FOI PRECISO" retrata, através de reproduções fotográficas, datadas de meados do século XIX, o percurso de emigrantes alemães até a chegada em terras brasileiras. A partida, a trilha oceânica e as condições de viagem são alguns dos aspectos mostrados na exposição.

AGENDA DO 2º. SEMESTRE/95

DATA	*EXPOSIÇÃO*	*LOCAL*
01 a 30/07	**Emigração, Navegar Foi Preciso**	AHJ
17 a 13/08	**Joinville, Seus tempos, Seus lugares, Sua gente**	Shopping Cidade das Flores
01/08 a 10/09	**Nossas Escolas**	AHJ
28/08 a 10/09	**Emigração, Navegar Foi Preciso!**	UNIVILLE
15/09 a 30/11	**Retrospectiva da Festa das Flores**	AHJ
17 a 26/11	**Rio Cachoeira em perspectiva**	Expoville
01 a 30/12	**Nossos Compositores**	AHJ

DOCUMENTOS INCORPORADOS AO ACERVO

- 01 Livro: Integração Estudos Sociais e Históricos-Joinville de Carlos Gomes de Oliveira;
- 01 Exemplar do Jornal A Notícia Ilustrada de 25/08/1940 - págs. 09, 10, 15 e 16;
- 01 Exemplar do Jornal de Joinville de 18/04/1942;
- 06 Exemplares do Jornal O Pavão (SFS) de maio à julho de 1931.
- 07 Livros: caixa e razão;
- 03 Catálogos de Fábrica de Móveis (Marcenaria de Affonso Krelling).
- 01 Revista Vida Nova de 09/03/1951;
- 01 Mapa do Domínio Dona Francisca (municípios de Joinville e Jaraguá do Sul).
- 01 Diário escrito em alemão gótico e também em letra latina das famílias Zimath, Jacob e Baumer;
- 01 Diário da Colônia Dona Francisca, escrito em alemão gótico.
- Fotocópias de documentos pessoais e curriculum vitae do Sr. Alberto Holdereger.
- 10 Livros: Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de Joinville nos seguintes anos: 1933, 1934, 1935, 1936, 1948, 1950, 1951, 1952, 1953, 1954;
- 01 Livro: Sociedade Evangélica de Joinville 1851-1951;
- 01 Planta da cidade de Joinville de 24/05/1950;
- 23 Exemplares do Jornal A Notícia;
- 29 Exemplares do Jornal de Joinville;
- 01 Exemplar de Noite Ilustrada;
- 21 Exemplares dos Jornais: Diário do Comércio, Tribuna da Imprensa e o Tempo;
- 01 Relatório da Câmara Municipal de 1955;
- 03 Relatórios da Inspetoria Escolar de 1951, 1952 e 1953;
- 01 Relatório de Orçamentos de 1952;
- 02 Pastas com relatórios da construção de um reservatório de água;

- 01 Diploma de Prefeito do Sr. Rolf Colin.
- 10 Encadernações da Revista Ilustração Brasileira.
- 01 Livro: diário caixa de 1948 da empresa de Jorge Mayerle S.A.
- 01 Carteira de matrícula da Inspetoria de Veículos de Gustavo Reck.
- 04 Livros religiosos.
- 01 Bíblia escrita em alemão de aproximadamente 1884.
- 01 Livro: Administração Helmut Fallgatter.
- 01 Exemplar da edição histórica do Jornal A Notícia de 31/01/1980;
- Pronunciamentos do Sr. Abdon Baptista;
- 12 Transcrições de entrevistas realizadas por alunos do 2º ano da Faculdade de Ciências Econômicas-FURJ de 1992;
- 11 Transcrições de entrevistas realizadas por alunos do 2º ano da Faculdade de Ciências Econômicas-FURJ de 1993;
- 08 Quadros de madeira com bônus de guerra e outros de datas diversas.
- 01 Fotocópia referente ao Sr. Carl Julius Parucker;
- Anúncio de Falecimento de J. J. Richlin (retirado do jornal);
- 01 Fotocópia com dados de Jacob Richlin.
- 03 Dicionários;
- 03 Livros de cânticos da Igreja Evangélica Luterana.
- 01 Diploma do Sr. Arthur Kasten do Curso de aperfeiçoamento de cálculos comerciais e técnicos da Schule des Schulvereins zu Joinville (Deutsche Schule) em alemão e sua tradução.
- Fotocópias de documentos e levantamento genealógico da Família Comitti.
- 20 Volumes do Goethes Werke de 1853;
- 30 Volumes do Wielandé Werke de 1853;
- 02 Volumes do J. Wolff-Tannhauser de 1880;
- 04 Volumes do Wilhelm Hauff's Saemtliche Werke - Illustrierte Ausgabe;
- 14 Volumes do Schillers Werke de 1853;
- 06 Volumes do Hoffmanns Schriften de 1871;
- 05 Volumes Shakspeare de 1867;
- 09 Volumes do Heinrich Heines Saemtliche Werke de 1869;
- 02 Volumes do Nicolaus Lenau-Gedichte de 1857;
- 05 Volumes do G. E. Lessings gesammelte Werke de 1853;
- 05 Volumes do August Von Platen, gesammelte Welke de 1853;
- 03 Volumes do Johann Ladislav Pyrker's saemtliche Werke de 1855;
- 05 Volumes do Klopstocks saemmtliche Werke de 1854;

- 08 Volumes do Jean Paul's Ausgewaehlte Werke de 1865;
- 01 Volume do Jean Paul "Auswahl aus de Teufels Papieren" de 1783/89;
- 02 Volumes do Heinrich Zschoekke's Novellen de 1802;
- 01 Volume do Gedichte von Emanuel Geibel de 1881;
- 02 Volumes do Adelbert von Chamisso's Werke de 1880;
- 01 Volume Uhlands Gedichte und Dramen de 1880;
- 04 Volumes do Byron's saemmtliche Werke de 1864;
- 01 Volume do Joseph Victor von Scheffel: "Frau Adventiure" de 1877;
- 01 Volume do Joseph Victor von Scheffel: "Eckehard" de 1881;
- 02 Volumes do Gedichte von Karl Immermann de 1816/1833;
- 01 Volume do Karl Immermann: Immermann's Epigonen de 1865;
- 03 Volumes do Grote'sche Sammlung von Werken zeitgenoessischer Schritftsteller de 1880;
- 02 Volumes do Reuters saemmtliche Werke (mit Woerterbuch) de 1873;
- 01 Volume do Fritz Reuter: "Doerchl'auchting" de 1880;
- 05 Volumes do Fritz Reuter - Saemmtliche Werke de 1890;
- 01 Volume do Johann Karl August Mus'aus - Volksmaerchen der Deutschen de 1868;
- 01 Volume do Tristram Shandy's Leben und Meinungen de 1856;
- 03 Volumes do A. M. von Thuemmels saemmtliche Werke de 1853;
- 01 Volume do "Gems of Wit and Humor" (108x68x15mm) de 1838;
- 01 Volume do M. Platen. Die neue Heilmethode de 1901;
- 02 Volumes do Dr. med. Hermann Klencke - Hauslexikon der Gesundhei fur Leib und Seele de 1881;
- 01 Volume do Carl Baumscheidt. Neue Heillehre de 1878;
- 07 Volumes do James Fennimore Cooper de 1853/1866/1869;
- 01 Volume do Gottfried August Buergers saemmtliche Werke de 1829;
- 01 Volume do Das Neue Testament de 1879;
- 02 Volumes do Die Heilige Bibel. Altes und Neues Testament de 1846;
- 01 Volume Lateinisch-deutsches u. Deutsch-Lateinisches Hand-lexicon de 1812;
- 01 Dicionário Latino-Português de 1950;
- 01 Volume do M. Karl Ludewig Bauers de 1806;
- 01 Nouveau Dictionaire Français-Allemand et Allemand-Français de 1856;
- 01 Volume Grieschish: Deutsches Schul-Griechisch de 1928/29.
- 01 Planta da Fazenda Pirabeiraba;

- 02 Mapas: Mapa de 15 hectares de terras concedidas à Câmara Municipal.
- 01 Livro de Cânticos em alemão gótico de 1842.
- 05 Documentos pessoais pertencentes a Cel. Manoel Alire Borges Carneiro.
- 25/05/1908 - Tribunal Correccional - Summario Crime Autora: A Justiça Pública por seu Promotor Réu: Sergio Bento;
- 27/08/1913 - Petição acompanhada do inquérito policial Autora: a Justiça Pública e réu João Miguel Ribeiro;
- 13/10/1913 - Inquérito policial sobre a tentativa de morte contra a vida de Olympio Alves de Ramos, praticada por Paulino Cidral da Costa.
  Autora: A Justiça Pública.
  Réu: Paulino Cidral da Costa;
- 29/12/1913 - Inquérito Policial.
  Autora: A Justiça Pública.
- 07 Volumes do Serra-Post Kalender de 1954 à 1975;
- 02 Volumes do Kalender fur die Deutschen in Brasilien de 1927 e 1929;
- 04 Volumes do Uhles Jahrbuch de 1930 à 1939;
- 05 Livros - Jugend-Bibliothek Deutscher Classiker Poetische Abtheilung volumes 5, 6, 7, 10 e 11;
- 04 Livros - Von alten Stamm, Deutschland und das deutsche Volk, Die Sonnenbraut e lichtenstein;
- 142 Recortes de jornais e revistas de como o Brasil é visto pela Alemanha;
- 01 Poesia de autoria de Ottokar Dorffel;
- 13 Folhas contendo partituras;
- 01 Carta e 01 Recorte de jornal da Sra. Béatrice Ziegler;
- 01 Artigo a respeito da pronúncia das palavras em alemão e francês;
- 01 Foto onde situa-se os fundos de uma escola no Estado do Espírito Santo;
- 01 Cartão de apresentação da Loja Lís pertencente as Sras. Elly e Rosa Herkenhoff(Copacabana-RJ);
- Jornal "Die Gartenlaube" do número 27 ao 52;
- 01 Carta da parte de Gerhard O. G. G. Herrmann pedindo Informações a respeito do livro de Karl Heinrich Oberacker;
- 30 Poesias satíricas de autoria de Carl Julius Parucker;
- 01 Relato provavelmente elaborado por Oscar ou Gustav Trinks(Hamburgo) e enviado à Margarethe Lepper Trinks(filha de Hermann August Lepper e Helene Trinks).
- 10 Volumes de coletânea de Leis e Decretos da Prefeitura Municipal de

Joinville de 1988 a 1992.

- 70 Volumes dos Anais da Câmara dos Deputados.
- 01 Quadro do ano de ± 1938 sobre o Ponto de Táxi 436, relacionado os nomes dos taxistas;
- 01 Folheto propaganda do filme "Filha de Maria" de 1934;
- 03 Riscos de bordado;
- 01 Lembrança de Confirmação - abril de 1928.
- 01 Caderno contendo informações a respeito da participação do Brasil nas Copas Mundiais de Futebol de Campo.
- Certidões de Óbitos doadas pela Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios do ano de 1939 a 1991.

PESQUISAS NO AHJ

- SCHAUFFERT, Fred Harry
Policial Militar
Pesquisa: ***A Presença da Polícia Militar na Cidade de Joinville***
Finalidade: Dados para o Arquivo do 8°. BPM

- HOCLSTEIN, Erich Rubens
Decorador
Pesquisa: ***Famílias alemãs e seus descendentes***
Finalidade: Genealogia

- SALGADO, Lygia Valie
Profª. Aposentada
Pesquisa: ***Imigração e Colonização Alemã no Sul do Brasil***
Finalidade: Tese de Doutorado

- SCHNEIDER, Adolfo Bernardo
Historiador e Jornalista
Pesquisa: ***Edições de 1881 a 1930 do Kolonie-Zeitung***
Finalidade: Biografia de Carlos Schneider

- GENZ, Antônio Carlos Porto
Produtor de Vídeo
Pesquisa: ***Histórico de Joinville***
Finalidade: Produção de VT

- FLORES, Maurício
Petroleiro
Pesquisa: ***Município de Penha***
História de Armação do Itapocoroi
Finalidade: Particular

- COSTA, Iara Andrade
Profª. de História
Pesquisa: ***Os Discursos Institucionais sobre as questões sociais em Joinville***
Finalidade: Dissertação de Mestrado

- FLUCK, Marlon Ronald
Doutorando
Pesquisa: ***Imigração em Dona Francisca e Surgimento da Igreja Evangélica***
Finalidade: Tese de Doutorado

- PEREIRA, Sandra Godinho
Estudante
Pesquisa: ***Ensino Superior (Jan/80 a dez/93)***
Finalidade: Coleta de Dados para Doutorando

- GOMES, Patrícia B. de Araújo
Estudante
Pesquisa: ***Ensino Superior (jan/80 a dez/93)***
Finalidade: Coleta da Dados para Doutorando

- ESPINDOZA, Ronaldo N,
Estudante
Pesquisa: ***História de Joinville***
Finalidade: Particular

- CLEMENTE, Márcia Lúcia
Auxiliar de Escritório e Estudante
Pesquisa: ***Fundação de Joinville***
Finalidade: Monografia semestral na disciplina História de Santa Catarina no curso de História da UFSC

- CUNHA, Dilney F.
Professor
Pesquisa: ***A Influência da religião luterana em Joinville nos primórdios da Colonização (1851 - 1891)***
Finalidade: Monografia de Curso de Especialização da UNIVILLE

- SANTOS, Raquel Alves dos
Professora
Pesquisa: ***A Mulher Operária nas indústrias Têxteis em Joinville***
Finalidade: Monografia de Curso de Especialização da UNIVILLE

- SÍLVIA, Janine Gomes da
Professora
Pesquisa: ***CELESC 40 anos***
Finalidade: Publicação de um livro para as comemorações dos 40 anos das Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.